



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2018

INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | CABO VERDE

AGENDA 2030



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2018

INDICADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | CABO VERDE

AGENDA 2030

Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges
Vice-Presidente	Celso Hermínio Soares Ribeiro
Diretora Administrativa	Maria Gorete de Carvalho
Departamento/Divisão	Divisão de Estudos, Planeamento e Coordenação Estatística
Edição	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Para mais informações	Nereida Moreira Tel.: (238) 261 3960 / 3827 Fax: (238) 261 1656 Email: nmoreira@ine.gov.cv
Data Publicação	Novembro 2019
Apoio ao utilizador	Divisão de Difusão Email : difusão.ine@ine.gov.cv
© Copyright 2019	Instituto Nacional de Estatística

ENTIDADES PARCEIRAS

Agência de Aviação Civil (AAC)
Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)
Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME)
Banco de Cabo Verde (BCV)
Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS)
Comissão Nacional de Eleições (CNE)
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)
Direção Nacional do Ambiente (DNA)
Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária
Direção-Geral do Emprego (DGE)
Direção-Geral do Trabalho (DGT)
Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)
Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)
Inspeção-Geral do Trabalho (IGT)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)
Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)
Ministério da Educação (ME)
Ministério da Justiça e Trabalho
Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)
Ministério de Finanças (MF)
ONU Mulheres

APRESENTAÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda mundial com 17 objetivos, 169 metas e 244 indicadores, concluídos em 2015, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Processo iniciado em 2013, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Conforme os objetivos e metas, são previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de género, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento económico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), pelas suas atribuições e compromissos nacionais e internacionais já assumidos, chamou para si a responsabilidade de produzir anualmente o Relatório Estatístico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de apresentar a evolução dos indicadores da Agenda 2030 em Cabo Verde. Tal responsabilidade é assumida na qualidade de órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 48/IX/2019).

O presente relatório, o segundo a ser publicado pelo INE, tem como objetivo apresentar quantitativamente o estado atual de alguns indicadores dos ODS em Cabo Verde, no ano de 2018. Nesse ano, o Sistema Estatístico Nacional produziu 92 indicadores dos ODS e, destes, 37 (40,2%) foram produzidos pelo INE e os restantes 55 (59,8%) pelos demais órgãos nacionais produtores de informação estatística. A produção de alguns indicadores não segue, na íntegra, a recomendação internacional basicamente por falta de dados. Nestas situações, utilizou-se o indicador internacional e foi apresentado como *proxy*. As estatísticas constantes do ODS 13, pese embora não serem indicadores dos ODS, são considerados importantes para o processo de desenvolvimento nacional. Este relatório não inclui os indicadores dos ODS de âmbito regional.

Tal como a anterior, esta publicação representa o trabalho conjunto do INE, dos demais Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais e também de outras instituições públicas que produzem informação estatística. Com esta publicação, o INE prossegue, assim, a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana.

Resta, finalmente, agradecer a colaboração de todos os profissionais e instituições nacionais e internacionais que, direta e indiretamente, contribuíram para a publicação deste Relatório. Aproveita esta oportunidade para manifestar a sua total disponibilidade para acolher contribuições dos utilizadores para o Relatório Estatístico de 2019.

CABO VERDE-SÍNTESE DOS INDICADORES

ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA			ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		
	Ano	Valor		Ano	Valor
População abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia) (%) <i>(Indicador 1.1.1)</i>	2015	23,7	Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização <i>(Indicador 4.5.1)</i>	17/18	0,92
Proporção de população pobre (%) <i>(Indicador 1.2.1)</i>	2015	35,2	Índice de paridade da taxa bruta de Admissão <i>(Indicador 4.5.1)</i>	17/18	1,01
Proporção da população abrangida por regimes de proteção social (INPS + CNPS) (%) <i>(Indicador 1.3.1)</i>	2018	48,0	Escolas com eletricidade (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2018	79,3
Proporção da população abrangida por regime de proteção social (CNPS) (%) <i>(Indicador 1.3.1)</i>	2018	4,1	Escolas com internet para fins pedagógicos (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2018	15,9
Proporção da população abrangida por regime de proteção social (INPS) (%) <i>(Indicador 1.3.1)</i>	2018	43,9	Escolas com computadores para fins pedagógicos (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2018	42
ODS 2 – ERRADICAR A FOME			Escolas com acesso a água potável (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2018	98,8
Estado Nutricional da população: Eufórico (%) <i>(Indicador 2.1.1)</i>	2015	65,5	Escolas com instalações sanitárias (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2018	98,7
Estado Nutricional da população: Excesso de peso (%) <i>(Indicador 2.1.1)</i>	2015	20,4	Escolas com eletricidade (%) <i>(Indicador 4.a.1)</i>	2018	79,3
Estado Nutricional: Magreza (%) <i>(Indicador 2.1.1)</i>	2015	6,2	Professor com formação na Educação pré-escolar (%) <i>(Indicador 4.c.1)</i>	17/18	29,6
Desnutrição crónica global em crianças menores 5 anos (59 meses) <i>(Indicador 2.2.1)</i>	2015	11,8	Professor com formação no Ensino Básico (%) <i>(Indicador 4.c.1)</i>	17/18	97,4
Desnutrição crónica severa <i>(Indicador 2.2.1)</i>	2015	7,5	Professor com formação no Ensino Secundário (%) <i>(Indicador 4.c.1)</i>	17/18	98,5
ODS 3 – SAÚDE DE QUALIDADE			ODS 5 – IGUALDADE DE GÉNERO		
Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascidos vivos <i>(Indicador 3.1.1)</i>	2017	47,2	Proporção mulheres com idade entre 15–49 anos vítimas da violência sexual nos últimos 12 meses antes do inquérito (%) <i>(Ind.5.2.1)</i>	2018	3,4
Proporção de nascimentos (nados vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado (%) <i>(Indicador 3.1.2)</i>	2017	92,5	Casamentos de mulheres com idade entre 16-17 anos de idade (nº) <i>(Indicador 5.3.1)</i>	2006 - 2018	83
Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1 000 nados-vivos <i>(Indicador 3.2.1)</i>	2018	14,6	Mulheres com idade 14-17 anos declararam viver em união (%) <i>(Indicador 5.3.1)</i>	2018	1
Taxa de mortalidade Neonatal por 1 000 nados vivos <i>(Indicador 3.2.2)</i>	2017	10,9	Taxa de participação dedicada ao trabalho doméstico (%) <i>(Indicador 5.4.1)</i>	2012	76,6
Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes <i>(Indicador 3.3.1)</i>	2017	0,81	Tempo médio semanal dedicado ao trabalho doméstico (h:mn) <i>(Indicador 5.4.1)</i>	2012	49:35
Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes <i>(Indicador 3.3.2)</i>	2017	44	Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (%) <i>(Indicador 5.5.1)</i>	2018	23,6
Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes <i>(Indicador 3.3.3)</i>	2017	0,83	Proporção de mulheres eleitas nos órgãos de poder local (%) <i>(Indicador 5.5.1)</i>	2018	26,3
Taxa de Incidência da Hepatite B por 100 000 habitantes <i>(Indicador 3.3.4)</i>	2017	3,5	Proporção de mulheres que ocupam cargos de gestão (%) <i>(Indicador 5.5.2)</i>	2018	43,9
Taxa de mortalidade por lesões Auto provocadas intencionalmente (suicídio) (%) <i>(Indicador 3.4.2)</i>	2016	2,3	Proporção de população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas (%) <i>(Indicador 5.a.1)</i>	2015	18,6
Proporção de adolescentes (15-19 anos) que declararam ter um filho (nado-vivo) (%) <i>(Indicador 3.7.2)</i>	2018	12,0	Proporção de população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas (%) sexo feminino <i>(Indicador 5.a.1)</i>	2015	16,7
Taxa de cobertura de 1ª consulta pré-natal <i>(Indicador 3.8.1)</i>	2017	89,5	Proporção de mulheres com disponibilidade de telemóvel (%) <i>(Indicador 5.b.1)</i>	2018	70,0
Taxa de cobertura de 1ª consulta pós-parto <i>(Indicador 3.8.1)</i>	2017	46,5	ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO		
Taxa de cobertura da 1ª consulta em crianças menores de 1 ano <i>(Indicador 3.8.1)</i>	2017	93,6	População que utiliza uma fonte melhorada de água potável (%) <i>(Indicador 6.1.1)</i>	2018	86
Proporção de crianças menores de 1 ano de idade completamente vacinadas <i>(Indicador 3.b.1)</i>	2017	94,6	População com acesso a instalações sanitárias melhoradas (%) <i>(Indicador 6.2.1)</i>	2018	82,9
			Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100) (%) <i>(Indicador 6.5.1)</i>	2018	64

CABO VERDE - SÍNTESE DOS INDICADORES

ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS			ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS		
	Ano	Valor		Ano	Valor
População com acesso à energia elétrica (%) <i>(Indicador 7.1.1)</i>	2018	90,3	Passageiros transportados nos autocarros (nº) <i>(Indicador 9.1.2)</i>	2018	18 367 444
População que utiliza o gás Butano (%) <i>(Indicador 7.1.2)</i>	2018	75,4	Passageiros nos portos nacionais (nº) <i>(Indicador 9.1.2)</i>	2018	917 305
Taxa de penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica <i>(Indicador 7.2.1)</i>	2018	20,3	Cargas/mercadorias nos portos nacionais (em Kg) <i>(Indicador 9.1.2)</i>	2018	2 300 634
Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB <i>(Indicador 7.3.1)</i>	2018	1,41	Passageiros nos aeroportos (nº) <i>(Indicador 9.1.2)</i>	2018	2 702 232
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO			Aeronaves nos aeroportos (nº) <i>(Indicador 9.1.2)</i>	2018	34 077
Taxa de variação do PIB real per capita <i>(Indicador 8.1.1)</i>	2018	8,8 US\$ 3,8 ECV	Cargas (em Kg), por aeroportos <i>(Indicador 9.1.2)</i>	2018	1 311 016
Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada <i>(Indicador 8.2.1)</i>	2018	9,8	Correios (em Kg), por aeroportos <i>(Indicador 9.1.2)</i>	2018	405 363
Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas <i>(Indicador 8.3.1)</i>	2018	43,1	Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB (%) <i>(Indicador 9.2.1)</i>	2018	6,7 ^P
Taxa de desemprego <i>(Indicador 8.5.2)</i>	2018	12,2	Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total (%) <i>(Indicador 9.2.2)</i>	2018	9,5 ^P
Jovens dos 15 a 24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou formação (%) <i>(Indicador 8.6.1)</i>	2018	30,3	Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado em Milhões US\$ <i>(Indicador 9.4.1)</i>	2010	213,8
Crianças dos 5 aos 17 anos, no trabalho infantil (%) <i>(Indicador 8.7.1)</i>	2013	8,0	Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no VAB total (%) <i>(Indicador 9.b.1)</i>	2018	7,9 ^P
Acidentes de trabalho fatais (%) <i>(Indicador 8.8.1)</i>	2018	1,5	População coberta por rede móvel GSM (%) <i>(Indicador 9.c.1)</i>	2018	99,3
Acidentes de trabalho não fatais (%) <i>(Indicador 8.8.1)</i>	2018	98,5	População coberta por rede móvel 3G (%) <i>(Indicador 9.c.1)</i>	2018	91,1
Número de conciliações (contenda laboral) <i>(Indicador 8.8.2)</i>	2018	645	ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES		
Número de conciliações (contenda laboral) com sucesso <i>(Indicador 8.8.2)</i>	2018	352	Despesa média anual, por pessoa no agregado (ECV) <i>(Indicador 10.1.1)</i>	2015	166 219
Atividade do turismo no PIB (%) <i>(Indicador 8.9.1)</i>	2014	21,0	População que vive em agregados familiares com despesa média anual per capita inferior a 60% da despesa mediana per capita (%) <i>(Indicador 10.2.1)</i>	2015	23,8
Nº de bancos comerciais por 100 000 adultos <i>(Indicador 8.10.1)</i>	2018	2,1	População que vive em agregados familiares com despesa média anual per capita inferior a 40% da despesa mediana per capita (%) <i>(Indicador 10.2.1)</i>	2015	9,6
Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100 000 adultos <i>(Indicador 8.10.1)</i>	2018	57,7	População que reportou sentir-se pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses (%) <i>(Indicador 10.3.1)</i>	2016	31,7
Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos <i>(Indicador 8.a.1)</i>	2018	6 201,9 ^P	Ajuda pública ao Desenvolvimento (Fluxos em milhões de CVE) <i>(Indicador 10.a.1)</i>	2018	12 271
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA			Investimento Direto Estrangeiro no País (Fluxos em milhões de CVE) <i>(Indicador 10.a.1)</i>	2018	9 301
Temperatura média anual do ar em Cabo Verde	2017	24,9	Remessas de emigrantes <i>(Indicador 10.a.1)</i>	2018	20 857
Precipitação total anual em Cabo Verde	2018	107,15	ODS 11 – CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS		
Emissão de CO2 (Gg)	2010	292,84	Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos (toneladas) <i>(Indicador 11.6.1)</i>	2015	170 636
Produção de energia elétrica Solar (em GWh)	2018	10	Total de resíduos urbanos (toneladas) <i>(Indicador 11.6.1)</i>	2015	152 595
Produção de energia elétrica Eólica (em GWh)	2018	90			
Produção de energia elétrica Térmica (em GWh)	2018	393			

CABO VERDE-SÍNTESE DOS INDICADORES

ODS 14 – PROTEGER A VIDA MARINHA			ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE		
Ano	Valor		Ano	Valor	
Acidificação do oceano (ph médio) <i>(Indicador 14.3.1)</i>	2010	8	Área coberta por floresta (%) <i>(Indicador 15.1.1)</i>	2012	13,6
Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas (%) <i>(Indicador 14.5.1)</i>	2015	5,66	Superfície e proporção da área protegida terrestre (%) <i>(Indicador 15.1.2)</i>	2016	18,19
Proporção da Pesca no PIB <i>(Indicador 14.7.1)</i>	2018	0,9 ^P	Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%) <i>(Indicador 15.3.1)</i>	2015	801,2
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES			ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO		
Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes <i>(Indicador 16.1.1)</i>	2018	6,6	Total das receitas fiscais em percentagem do PIB <i>(Indicador 17.1.1)</i>	2018	22,0 ^P
População objeto de violência física nos últimos 12 meses (%) <i>(Indicador 16.1.3)</i>	2016	5,4	Orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente (%) <i>(Indicador 17.1.2)</i>	2018	83,7 ^P
Pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas durante o Dia (%) <i>(Indicador 16.1.4)</i>	2016	81,4	Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB <i>(Indicador 17.3.1)</i>	2018	6,6
Pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas durante a Noite (%) <i>(Indicador 16.1.4)</i>	2016	51,7	Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB <i>(Indicador 17.3.1)</i>	2018	5 ^P
Vítimas de violência física que reportaram às autoridades competentes (%) <i>(Indicador 16.3.1)</i>	2016	52,3	Remessas de Emigrantes em % do PIB <i>(Indicador 17.3.2)</i>	2018	11,3
Reclusos em prisão preventiva no total de reclusos (%) <i>(Indicador 16.3.2)</i>	2018	15,3	Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços <i>(Indicador 17.4.1)</i>	2018	5,9
Pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses (%) <i>(Indicador 16.5.1)</i>	2016	1,2	Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%) <i>(Indicador 17.6.1)</i>	2018	2,9
População satisfeita com a última experiência com serviços públicos (%) <i>(Indicador 16.6.2)</i>	2016	60,9	População que usou internet nos últimos três meses (%) <i>(Indicador 17.8.1)</i>	2018	58,2
População que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados (%) <i>(Indicador 16.7.2)</i>	2016	15,7	Ajuda Pública ao Desenvolvimento em US\$ (milhões) <i>(Indicador 17.9.1)</i>	2018	131
Crianças registadas com idade inferior a 5 anos (%) <i>(Indicador 16.9.1)</i>	2018	93,0	Exportação de mercadorias (em milhões ECV) <i>(Indicador 17.11.1)</i>	2018	7 060
População que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos (%) <i>(Indicador 16.b.1)</i>	2016	31,7	Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV) <i>(Indicador 17.11.1)</i>	2018	64 549

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) chamou para si a responsabilidade de produzir o presente relatório, com o objetivo de apresentar o estado atual da produção dos indicadores da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O INE-CV assume tal responsabilidade na qualidade de órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (artigo 24º, da lei nº 48/IX/2019).

Nesse sentido, a entidade com a responsabilidade de fazer o seguimento e a avaliação da Agenda 2030, após a sua nacionalização, terá elementos suficientes que lhe permitam avaliar o grau do cumprimento dos ODS do país no ano 2018.

Missão, Visão e Valores do INE



ÍNDICES

ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA.....	11
ODS 2 – ERRADICAR A FOME	14
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE	16
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	26
ODS 5 – IGUALDADE DO GÊNERO	30
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	35
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	37
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	40
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	49
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES	54
ODS 11 – CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	57
ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS.....	58
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA	59
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA	61
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE	64
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	66
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO	73

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

As estratégias traçadas para a erradicação da pobreza nacional apoiam-se na disponibilização de indicadores estatísticos para traçar políticas e programas, por forma a cumprir as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os indicadores do ODS 1 estão relacionados com as metas da erradicação da pobreza extrema em todos os lugares e da redução de pelo menos para a metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza em todas as suas dimensões.

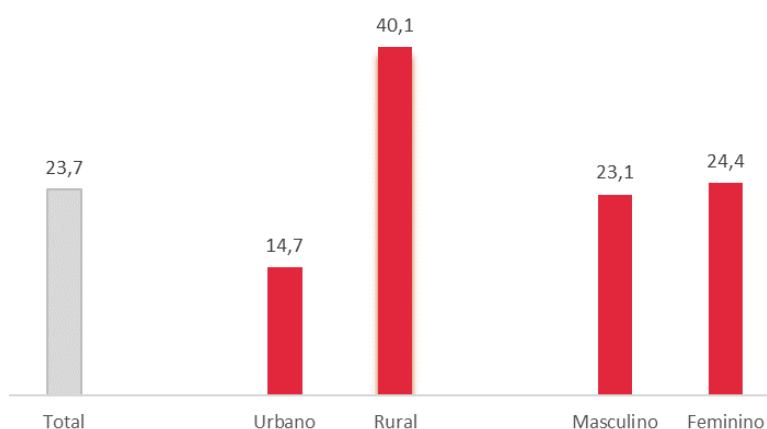
Meta 1.1. Até 2030, erradicar em todos os lugares a pobreza extrema, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia.

Indicador 1.1.1. Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Estima-se que cerca de 23,7% da população em Cabo Verde vive em pobreza extrema, com menos de US\$1,90 por dia. A população rural e as crianças são as mais afetadas pela pobreza extrema:

- 40,1% da sua população rural vivem em pobreza extrema contra 14,7% da população urbana;
- 30,4% das crianças menores de 15 anos vivem em pobreza extrema, contra 18,6% e 18,8% respetivamente nas idades ativas de 25-64 anos e na terceira idade, 65 anos ou mais.

Gráfico 1 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por meio de residência e sexo (2015)



Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

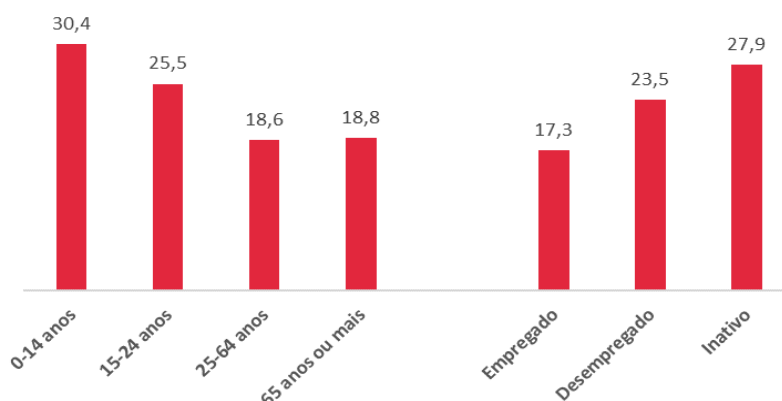
Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Gráfico 2. Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90/ dia), por grupo etário e condições perante trabalho (2015)



Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Meta 1.2. Até 2030, reduzir para, pelo menos metade, a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades, que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade.

Em 2015, Cabo Verde registou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, o que significa que 179 909 pessoas são consideradas pobres, ou seja, vivem com um consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado em 95.461\$00 CVE no meio urbano e 81.710\$00 CVE no meio rural.

Tabela 1 – Proporção da população pobre, por sexo, grupo etário e população empregada (2015)

Proporção de população pobre (%)	
Cabo Verde	35,2
Sexo	
Masculino	34,5
Feminino	35,9
Grupo Etário	
0-4 anos	44,4
5-14 anos	43,1
15-24 anos	38,4
25-34 anos	27,7
35-64 anos	29,0
65 anos ou mais	27,2
População Empregada	
Masculino	27,1
Feminino	27,4

Nota: Proporção de população pobre= Incidência da pobreza

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Meta 1.3. Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados para todos, incluindo limiares, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis.

Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

Em 2018, de acordo com as informações disponíveis, estima-se que cerca de 48% da população cabo-verdiana foi abrangida por um regime de proteção social, sendo que 4,1% pelo regime não contributivo através da pensão social do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) e 44% pelo sistema contributivo do Instituto Nacional de Previdência Social.

Tabela 2 - Proporção (em %) de pensionistas cobertos por regimes proteção social, por sexo (2018)

Proporção (%) da população abrangida por:			
	Proteção social (INPS+CNPS)	Regime Contributivo (INPS)	Regime Não Contributivo (CNPS)
Total	48,0	43,9	4,1
Feminino	49,6	43,8	5,8
Masculino	46,6	44,1	2,5

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social e Centro Nacional de Pensão Social

Tabela 3 – Beneficiários do regime não contributivo do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por tipos de pensão (2018)

Tipo de Pensão	2017		2018	
	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	21 445	100,0	22 464	100,0
Básica (criança 0-17)	(a)		423	
Básica	17 178	80,1	18 198	81,0
Invalidez	4 088	19,1	3 651	16,3
Sobrevivência	179	0,8	192	0,9

Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais

Nota: (a) dados não disponíveis

2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



ODS 2 – ERRADICAR A FOME

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Para alcançar este objetivo, é necessário promover práticas agrícolas sustentáveis, por meio do apoio à agricultura familiar, do acesso equitativo à terra, à tecnologia e ao mercado. Precisa-se acabar com a fome, por meio de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo ano. Garantir o acesso a todas as pessoas, em particular pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, de sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

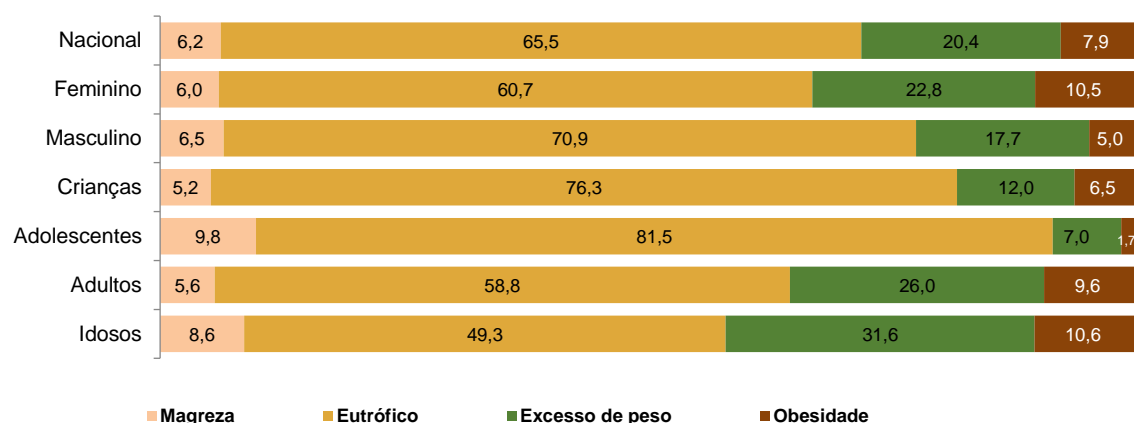
Meta 2.1. Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular as mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano.

Indicador 2.1.1. Prevalência da subnutrição

Como *proxy* para este indicador, a análise do estado nutricional da população cabo-verdiana permite avaliar o nível da prevalência da subnutrição, assim como, o nível da prevalência do excesso de peso e obesidade, consequência de estilos de vida sedentários e alimentação desadequada.

Em 2015, os resultados do IDRF estimaram que cerca 6% da população apresentavam estado de magreza, enquanto 20% já apresentavam excesso de peso e 7,9% obesidade.

Gráfico 3 - Estado Nutricional¹ da população Cabo-verdiana em % (2015)



Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

¹ Nota: (1) A classificação do IMC (Índice de Massa Corporal) segundo a OMS (utilizou-se o z-score de IMC nos indivíduos com idades compreendidas [0 aos 19] anos e classificação do IMC para adultos para os indivíduos com idades superiores a 19 anos); Faixa etária: Crianças (≤11 anos de idade); Adolescentes (12 aos 17 anos de idade); Adultos (18 aos 64 anos de idade); Idosos (≥65 anos de idade);

2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Meta 2.2. Até 2030, acabar com todas as formas de malnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

Indicador 2.2.1: Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.

Em 2015, registou-se uma prevalência de desnutrição crónica de 11,8% nas crianças menores de 5 anos (59 meses), sendo 4,3% relativa à desnutrição crónica moderada e 7,5% à desnutrição crónica severa. O atraso de crescimento é mais acentuado nos primeiros 23 meses (15,7%). Nas crianças do sexo masculino comparativamente às do sexo feminino, é notória a diferença: 13,6% contra 9,8%, respectivamente.

Tabela 4 - Prevalência de atraso no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (%)

TOTAL CRIANÇAS MENORES 5 ANOS (59 MESES)	
Desnutrição crónica	11,8
Desnutrição crónica moderada	4,3
Desnutrição crónica severa	7,5
GRUPO DE IDADE	
< 24	15,7
≥ 24	9,7
SEXO	
♀ Feminino	9,8
♂ Masculino	13,6
MEIO RESIDÊNCIA	
Urbano	11,3
Rural	11,2

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

O ODS 3 visa garantir a melhoria da saúde para todos, reduzindo a mortalidade infantil, melhorando a saúde materna e combatendo o HIV/AIDS, o paludismo e outras doenças.

A melhoria contínua dos indicadores socio-sanitários traduz a importância que o setor da saúde apresenta no quadro do desenvolvimento geral do país, desde os primórdios da sua existência.

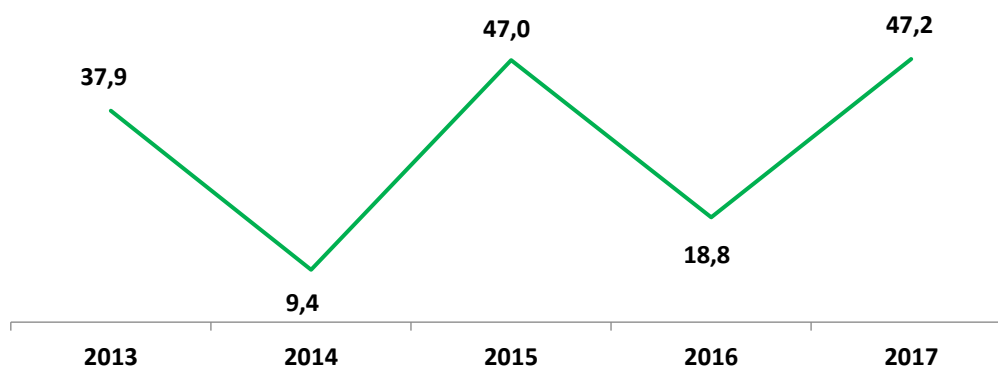
Com efeito, a evolução dos principais indicadores de saúde, designadamente a mortalidade infantil dos menores de 5 anos, materna e geral, as evoluções do nível de cobertura vacinal nas crianças menores de 1 ano, bem como a melhoria dos cuidados de saúde prestados à mulher, às crianças e aos adolescentes, entre outros, foram determinantes para a elevação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio.

Meta 3.1. Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 000 nados-vivos.

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascidos vivos

A taxa de mortalidade materna no período em análise registou uma oscilação acentuada, como se pode constatar no Gráfico 4, sendo considerado um indicador volátil se levado em conta o número de óbitos maternos a ela subjacente. Em 2017, a taxa foi de 47,2 por 100 000 nascidos vivos, valor idêntico ao ano 2015 e superior ao registado em 2016, que foi de 18,8 por 100 000 nascidos vivos.

Gráfico 4 - Taxa Mortalidade Materna por 100 000 nascidos vivos (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

3 SAÚDE DE QUALIDADE

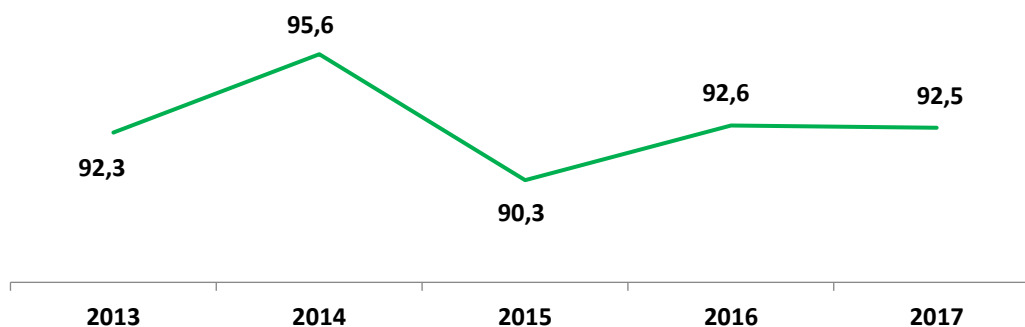
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

Ao longo dos anos em análise, verifica-se que mais de 90% dos nascimentos ocorreram em estruturas de saúde e assistidos por pessoal de saúde qualificado. Em 2017, o valor registado foi de 92,5%.

Gráfico 5 - Proporção de nascimentos (nados vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado - médicos e enfermeiros (2013-2017)



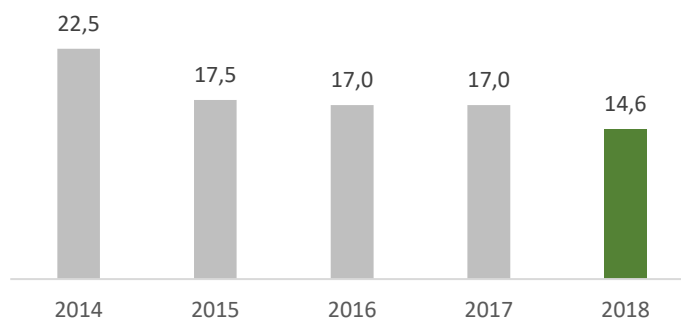
Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

Meta 3.2. Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, estando todos os países empenhados em reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos.

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

A taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos registou uma diminuição ao longo da série dos últimos cinco anos e apresenta valores abaixo dos fixados para a meta de 2030 (de para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos). Em 2014, a taxa de mortalidade era de 22,5 por 1.000 nascidos vivos e passou para 14,6 por 1 000, em 2018.

Gráfico 6 - Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1 000 nados-vivos (2014-2018)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1 000 nados-vivos

A taxa de mortalidade neonatal, ou seja, número de óbitos de crianças entre 0 e 27 dias por cada mil nascidos vivos, vem registando uma diminuição ao longo dos anos, apresentando desde 2015 valores abaixo da meta fixada para 2030 (de 12 por 1 000 nados-vivos). Em 2017, registou-se uma taxa de mortalidade neonatal de 10,9 por 1 000 nados-vivos.

Gráfico 7 - Taxa de Mortalidade Neonatal por 1 000 nados vivos (2013-2017)



*por mil nascidos vivos, segundo as projeções do INE

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

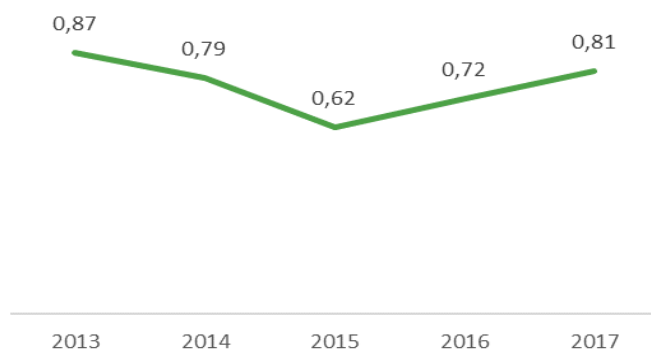
Meta 3.3. Até 2030, acabar com as epidemias de Sida, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.

Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Em 2017, registaram-se 435 novos casos de HIV (222 nos homens e 213 nas mulheres), o que representa uma taxa de 0,81 novos casos de VIH por 1 000 habitantes. Observa-se ainda que desde 2015 o número de novos casos tem vindo a aumentar.

A grande maioria dos novos casos notificados, em 2017, foi na faixa etária dos 25-49 anos.

Gráfico 8 - Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Tabela 5 - Infecção VIH - casos notificados por grupo etário e sexo (2017)

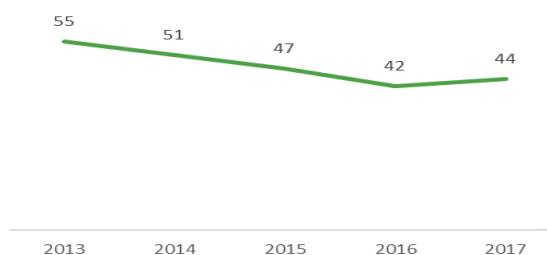
	Casos notificados	Taxa de deteção (por 1 000)
CV	435	0,81
Sexo		
M	222	0,82
F	213	0,80
Grupo Etário		
>18 M – 4 A	3	0,07
5 – 9	5	0,10
10 – 14	3	0,06
15-19	11	0,23
20-24	30	0,58
25-29	49	0,90
30-34	60	1,23
35-39	65	1,69
40-44	39	1,31
45 -49	54	2,08
50-54	30	1,22
55-59	33	1,73
60-64	31	2,43
65+	22	0,74

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes

Em 2017, registaram-se 257 novos casos, o que representa uma taxa de incidência de 44 novos casos por 100 000 habitantes, superior ao registado em 2016 (42 novos casos por 100 000 habitantes), invertendo a tendência verificada entre 2013 e 2016.

Gráfico 9 – Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2017

Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

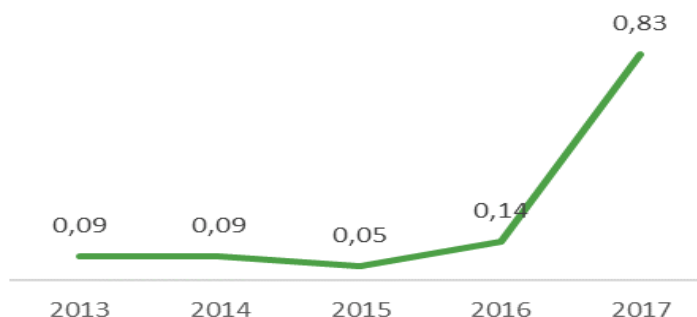
O valor da taxa de incidência do paludismo (malária), no período de 2013 e 2016, oscilou entre 0,09 e 0,14 para cada 1 000 habitantes. Em 2017, registou-se um aumento considerável dos casos de malária e, consequentemente, um aumento da taxa de incidência da malária para 0,83 por 1000 habitantes.

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Gráfico 10 - Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes (2013-2017)

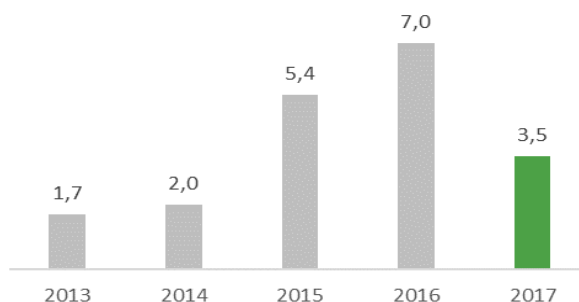


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 000 habitantes

O valor da taxa de incidência da Hepatite B, no período de 2013 e 2016, passou de 1,7 para 7,0 por 100 000 habitantes. Em 2017, a taxa de incidência teve uma diminuição relativamente ao valor registado em 2016, fixando-se em 3,5 por 100 000 habitantes.

Gráfico 11 - Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde (2013-2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Meta 3.4. Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias.

Para este indicador só se apresentam os dados para 2017, podendo servir como *baseline*. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 140,1 por 100 000 habitantes, sendo superior entre as mulheres (148,4) comparativamente aos homens (131,8). Como a segunda causa de morte, encontram-se as afeções respiratórias com 66,4 por 100 000 habitantes. Os tumores ou neoplasias são a terceira causa de morte, correspondente a 60,3 por 100 000 habitantes em 2017.

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Tabela 6 - Distribuição de mortalidade geral por (100.000 habitantes), por CID10, segundo género, ano de 2017

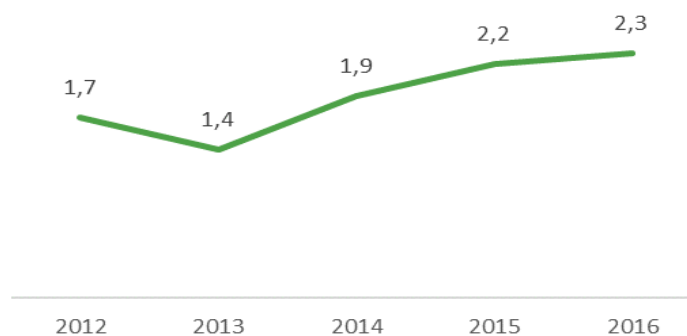
CID	Total		Masculino		Feminino		
	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	753	140,1	356	131,8	397	148,4
Afeções Respiratórias	J00-J99	357	66,4	191	70,7	166	62,0
Tumores ou neoplasias	C00-D48	324	60,3	184	68,1	140	52,3
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	244	45,4	137	50,7	107	40,0
Sintomas mal definidos	R00-R99	196	36,5	91	33,7	105	39,2
Causas externas	V01-Y98	110	20,5	95	35,2	15	5,6
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	101	18,8	73	27,0	28	10,5
Afeções perinatais	P00-P96	99	18,4	62	23,0	37	13,8
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	95	17,7	62	23,0	33	12,3
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	68	12,6	28	10,4	40	14,9
D. do aparelho génito urinário	N00-N99	47	8,7	26	9,6	21	7,8
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	36	6,7	34	12,6	2	0,7
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	36	6,7	20	7,4	16	6,0
Malformações congénitas	Q00-Q99	14	2,6	8	3,0	6	2,2
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	6	1,1	2	0,7	4	1,5
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	5	0,9			5	1,9
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	4	0,7	2	0,7	2	0,7
D. sistema oste muscular e tecido conjuntivo	M00-M99	2	0,0	0	0,0	2	0,7

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.2 Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)

A taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) tem vindo a aumentar desde 2013, ano em que se registou uma taxa de 1,4%. Em 2016, registou-se uma taxa de 2,3%.

Gráfico 12 - Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) (2012-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Meta 3.6. Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários.

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

A taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, em 2015, foi de 1,3%. Para este indicador, apenas existem dados disponíveis de 2015.

Meta 3.7. Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planejamento familiar modernos

Em 2018, registou-se uma ligeira diminuição da utilização da contraceção moderna nas mulheres unidas, em relação ao IDSR-2005 (de 57,1% para 54,6%). A mais importante baixa reside na esterilização feminina (14,8% em 2005 contra 8,4% no IDSR-2018). A utilização de preservativo masculino diminuiu ligeiramente (de 6,1% em 2005 para 5,4% em 2018). O uso da pílula pouco mudou entre os dois inquéritos (21,4% em 2005 e 20,9% em 2018). A percentagem de utilizadoras de injeções aumentou (11,3% em 2005 e 14,8% em 2018). A utilização do implante aparece neste inquérito com 2,7%, enquanto em 2005 era nula.

Tabela 7 – Proporção (%) de mulheres unidas 15-49 anos, que utilizam métodos contraceptivos 2005 e 2018

Método	2005	2018
Algum método	61,3	55,8
Método moderno	57,1	54,6
Pílula	21,4	20,9
Esterilização feminina	14,8	8,4
Injeções	11,3	14,8
Preservativo Masculino	6,1	5,4
DIU	2,2	2,1
Implante	0	2,7
Vasectomia	0	0,1
Outro moderno	1,3	0,3
Método tradicional	4,3	1,1
Abstinência periódica	1,9	0,5
Coito interrompido	2,2	0,5
Outro tradicional	0,1	0,1

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários.

O indicador 3.7.2 pode ser expresso em número de nados-vivos por 1 000 mães adolescentes. Neste caso, na ausência dos dados relativos a esse próprio indicador, apresenta-se o indicador da Tabela 8. Assim, a proporção das adolescentes do grupo etário de 15-19 anos que declararam ter um filho (nado vivo), no momento do inquérito, foi de 12%, menos 3,2 p.p. em relação a 2005 que foi de 15,2% (IDSR-2005 e IDSR-2018).

Tabela 8 - Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam ter um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	15,2	12,0
19 anos	33,9	28,9
18 anos	15,9	22,9
17 anos	9,0	13,4
16 anos	8,6	1,1
15 anos	1,9	5,6

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Salienta-se, particularmente, a maternidade das meninas com 15 anos de idade, atingindo 5,6% delas. Esta proporção quase triplicou em relação a 2005, cujo valor era de 1,9%. Nota-se ainda que 4,2% entre elas (jovens 15-19 anos) estavam grávidas do primeiro filho no momento do inquérito, com um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2005. Salienta-se, particularmente, uma maior proporção de jovens grávidas a partir dos 17 anos, sendo mais acentuada nas meninas de 18 anos de idade (7,3%) (Tabela 9).

Tabela 9 - Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam estar grávida do 1º filho, no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	3,7	4,2
19 anos	5,5	4,8
18 anos	5,0	7,3
17 anos	5,2	5,4
16 anos	1,8	1,6
15 anos	1,8	1,7

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos, de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis.

Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

A taxa de cobertura das consultas pré-natal e pós-parto, em 2017, registou um decréscimo, comparativamente ao ano de 2015, situando-se em 89,5% e 46,5%, respetivamente. O mesmo sucede com a média das consultas de pré-natal, que passou de 6,2% em 2015 para 4,9% em 2017, portanto, com uma diminuição de 1,3 pontos percentuais.

Tabela 10 - Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto, por enfermeiros (2015-2017)

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2015	95,6	6,2	33,0
2016	87,1	4,7	45,9
2017	89,5	4,9	46,5

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A taxa de cobertura de consultas de crianças menores de 1 ano continua decrescendo, passando de 101,2%, em 2015, para 93,6%, em 2017. Quanto à média de consultas, entre 2015 e 2017, situou-se em 10 consultas por crianças. No que concerne às consultas de pré-natal, os indicadores revelam um aumento da taxa de cobertura no período em análise, passando de 81,5 a 89,9, respetivamente. A média de consultas pré-natal continua à volta de 4,7 consultas anuais por gravidez.

Tabela 11 - Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal, por enfermeiros (2015-2017)

	Consultas de Crianças < 1 ano		Consultas de Pré-natal	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas
2015	101,2	10,4	81,5	4,5
2016	94,8	10,0	87,1	4,7
2017	93,6	10,4	89,9	4,9

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

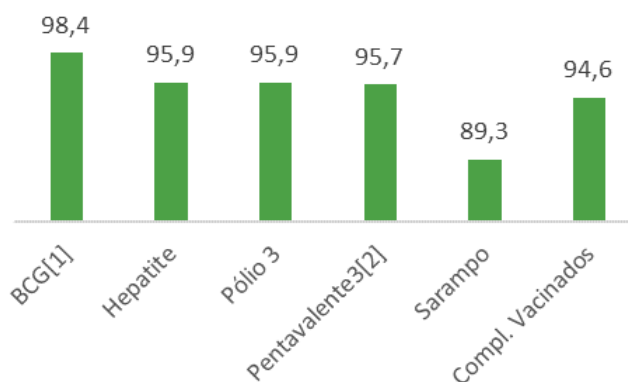


Meta 3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento; proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que dita o direito, por parte dos países em desenvolvimento, de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

Indicador 3.b.1 Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação

Em 2017, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano) completamente vacinadas foi de 94,6%. Relativamente à vacina BCG, a taxa de cobertura foi de 98,4%. Considerando as outras vacinas (Pólio 3, Pentavalente 3), registaram-se, em 2017, taxas de cobertura acima de 90%, à exceção do sarampo que foi de 89,3%.

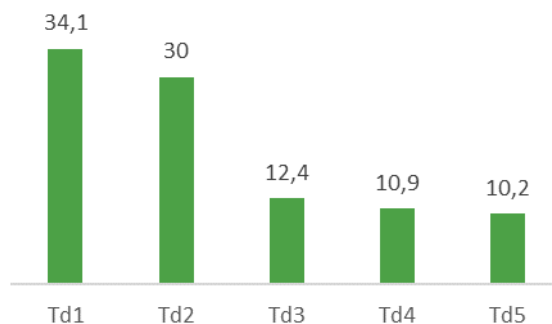
Gráfico 13 - Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina (2017)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente de a mulher estar grávida ou não. O Gráfico 14 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas em 2017.

Gráfico 14 - Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina de tétano e difteria (2017)



Fonte: SAISCAMH/SVIRE/DNS/MSSS



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

A educação sempre foi um pilar importante para o crescimento e a sustentabilidade da economia do país. Os sucessivos Governos, desde a independência, não pouparam esforços para que o país pudesse, atualmente, ostentar uma notável reputação de “caso de sucesso na África Subsaariana”, em relação aos indicadores da educação. Alcançar uma educação inclusiva e de qualidade para todos reafirma a crença de que a educação é um dos veículos mais poderosos para o desenvolvimento sustentável. Este objetivo busca garantir que todas as crianças completem a educação primária e secundária gratuita até 2030. Também, pretende facultar acesso à formação profissional a custo razoável, para eliminar disparidades de gênero e riqueza, e alcançar o acesso universal a um ensino superior de qualidade.

Desafiado pelas Nações Unidas, o país cumpriu todos os Objetivos do Milênio para a área da educação e, atualmente, os indicadores da educação põem em evidência todos os esforços implementados. Apesar dos ganhos conseguidos, o país pretende alcançar patamares mais elevados, pelo que o próprio Programa do Governo 2017-2021 preconiza, a curto prazo, o desenho e implementação de uma nova matriz curricular, focalizada, designadamente, no ensino de línguas estrangeiras em todas as fases e ciclos e introdução de novas tecnologias no ensino básico. Outro dos grandes desafios tem a ver com a implementação efetiva da atual Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada desde 2010.

Meta 4.2. Até 2030, garantir que todos(as) os/asmeninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam preparados para o ensino primário.

Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em apreço, tendo o valor mais elevado sido registado no sexo masculino (90,7%), em 2016, e o mais baixo, em 2018, também no mesmo sexo, situando-se nos 82,8%.

Tabela 12 - Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2014/15	87,7	84,7
2015/16	90,7	89,4
2016/17	86,2	88,9
2017/18	82,8	84,6

Fonte: Ministério da Educação

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Meta 4.4. Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).

Tabela 2 - Proporção da população com competências em utilização das TIC por tipo de competências (2018)

	Total	Masculino	Feminino
Copiar ou mover ficheiro ou pastas	78,7	78,4	79,1
Utilizar os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação	69,8	68,3	71,3
Utilizar fórmulas de aritmética numa folha de cálculo (exemplo: <i>excel</i>)	40,7	42,1	39,2
Compactar ou zipar ficheiros	32,8	35,6	29,8
Instalar e ligar hardware (exemplo: impressora, modem, câmaras)	24,0	29,2	18,5
Criar programas informáticos utilizando linguagem de programação (exemplo: visual basic)	9,1	12,2	5,8
Transferir ficheiros entre computadores e outros dispositivos (exemplo: câmaras digitais)	63,5	67,9	58,8
Criar apresentações eletrónicas (incluindo textos, imagens, sons, gráficos)	32,4	32,6	32,2
Instalar um sistema operativo (exemplo: <i>windows</i>) ou substituir sistemas operativos	13,4	18,1	8,4
Outra atividade considerada relevante	14,0	16,9	10,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Meta 4.5. Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade.

Indicador 4.5.1 Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

Em relação à paridade da escolarização no ensino básico, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino. Em 2017/2018, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 92 do sexo feminino escolarizados.

Tabela 14 – Índice de paridade da Taxa Bruta de Escolarização (2014/15-2017/18)

Período	Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização
2014/15	0,92
2015/16	0,92
2016/17	0,92
2017/18	0,92

Fonte: Ministério da Educação

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



O índice de paridade no acesso variou entre 0,95 e 1,01 no período em estudo. Se nos primeiros anos, a taxa de acesso era favorável aos rapazes, já para 2017/18 a situação foi inversa, ou seja, para cada 100 rapazes que acedem ao ensino básico, tem-se 101 meninas.

Tabela 153 - Índice de paridade da taxa bruta de Admissão (2014/15-2017/18)

Período	Índice de paridade na taxa bruta de Admissão
2014/15	0,96
2015/16	0,96
2016/17	0,95
2017/18	1,01

Fonte: Ministério da Educação

Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).

Segundo dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade em 2018 foi de 79,3%. Regista-se que 42,0% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos; no entanto, apenas 15,9% possuem internet para o mesmo fim. Quanto a escolas com instalações sanitárias, observa-se que 97,8% possuem-nas e 98,8% têm acesso a água potável.

Tabela 16 - Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias (2016-2017-2018)

Indicadores	2016	2017	2018
Escolas com eletricidade	73,4	76,5	79,3
Escolas com internet para fins pedagógicos	-	9,5	15,9
Escolas com computadores para fins pedagógicos	-	40,8	42
Escolas com acesso água potável	94,8	97,1	98,8
Escolas com instalações sanitárias	97,2	98,5	97,8

Fonte: Ministério da Educação

Meta 4.c. Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.

Da análise da tabela 17, constata-se que a maioria dos professores possui formação para lecionar no Ensino básico e no secundário. Nota-se um aumento contínuo de professores formados nesses dois níveis, passando respetivamente de 97,1 e 88,7% em 2014/15 para 98,7 e 91,6%, em 2016/17, traduzido num aumento de 1,6 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 2,9 pontos percentuais do ensino secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis e o período ficou marcado por decréscimos contínuos nos últimos anos letivos, pese embora um ligeiro aumento (0,1%) em 2017/18.

Tabela 17 - Professores com formação (%) 2014/15-2017/18

	Nível de instrução		
	Educação pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/15	39,4	97,1	88,7
2015/16	30,4	97,6	90,3
2016/17	29,5	98,7	91,6
2017/18	29,6	97,4	98,5

Fonte: Ministério da Educação



ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas

Neste tema, apresentam-se os indicadores do ODS 5, produzidos a nível nacional. Estes indicadores estão ligados às metas: “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte”; “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos de exploração”; “eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas”; “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública” e “realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, aos serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais”.

Meta 5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte.

Indicador 5.1.1 Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no plano do seu exercício efetivo, e ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, assumem um tratamento afirmativo para as mulheres. De salientar o Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada dos princípios da CEDAW na ordem jurídica interna que assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres.

O Instituto nacional para a igualdade de género (ICIEG) e as organizações não governamentais femininas, são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respetivo à autonomia das mulheres e igualdade de género.

Meta 5.2. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos de exploração

Indicador 5.2.1 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade

Os dados existentes permitem avançar como Proxy a esse indicador, a proporção de mulheres vítimas de violência sexual por um parceiro atual, ex-parceiro, namorado ou outro nos últimos 12 meses. Segundo os dados do IDSR III **3,4%** das mulheres com idade entre 15-49 anos foram vítimas da violência sexual nos últimos 12 meses antes do inquérito, ou seja, de fevereiro 2017 a fevereiro de 2018

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Meta 5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas.

Indicador 5.3.1 Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

Os dados existentes permitem avançar como Proxy a esse indicador a proporção de mulheres com idade entre os 14-17 anos que vivem em união e o número de mulheres de 16-17 anos que casaram legalmente. De acordo com os dados dos Registos Notariado e Identificação, entre o período de 2006 e 2018, foram registados 83 casamentos de mulheres com idade entre os 16-17 anos de idade. De realçar que, em termos legais, o casamento nesta faixa etária é permitido mediante a autorização de emancipação por parte dos pais das menores. **Com base nos resultados do inquérito multiobjetivo contínuo, em 2018 1% das mulheres com idade 14-17 anos declararam viver em união.**

Meta 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

Indicador 5.4.1 Taxa de participação (%) e tempo médio semanal (h.m) dedicado ao trabalho doméstico por sexo, segundo grupos etários.

Os dados relativamente a 2012 mostram que, 66 em cada 100 homens participavam nos trabalhos domésticos e dedicavam, em média, cerca de 36 h semanais nessas actividades, ao passo que entre as mulheres observou-se que 87 em cada 100 também participavam em tais actividades, às quais dedicavam, em média, cerca de 59:40 minutos.

Tabela 18 - Taxa de participação (%) e tempo médio semanal (h:m) dedicado ao trabalho doméstico por sexo, segundo grupo etário (2012)

Sexo	Faixa Etária	Taxa de participação dedicada ao trabalho doméstico (%)	Tempo médio semanal dedicado ao trabalho doméstico (h.m)
Ambos os sexos	Total	76,6	49:35
	10-14	78,0	35:35
	15-19	80,1	42:12
	20-24	76,6	45:22
	25-44	76,5	54:40
	45-64	77,4	59:27
	65 +	66,4	50:56
Masculino	Total	66,0	36:02
	10-14	74,7	31:51
	15-19	72,9	34:22
	20-24	68,9	35:20
	25-44	63,6	37:49
	45-64	59,8	38:45
	65 +	50,4	37:54
Feminino	Total	87,1	59:40
	10-14	81,8	39:32
	15-19	89,0	50:06
	20-24	84,1	53:25
	25-44	89,0	66:24
	45-64	92,3	70:47
	65 +	77,4	56:48

Fonte: INE - Inquérito Multiobjetivo Contínuo (2012)

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Meta 5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.

Indicador 5.5.1 Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais.

A participação efetiva das mulheres no cenário político nacional (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento paulatino do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2017. Nota-se um aumento de cerca de 20 pontos percentuais, entre 1991 e 2017. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 19,8 p.p, entre 1991 e 2017, passando de 3,8% a 23,6%.

Figura 1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (1985-2017)



Figura 2 - Proporção de mulheres eleitas nos órgãos de poder local (2017)



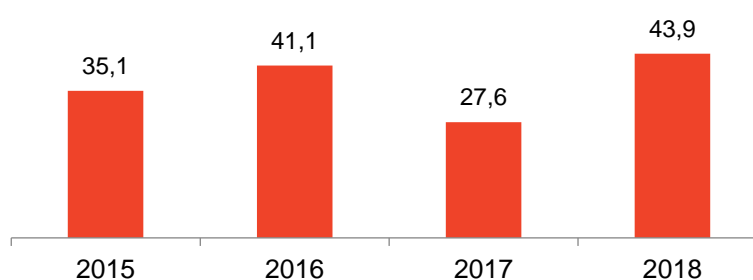
Fonte: Comissão Nacional de Eleições www.parlamento.cv



Indicador 5.5.2 Proporção de mulheres em cargos de chefia

A proporção de mulheres a exercerem funções de chefias tem vindo a oscilar ao longo dos anos. Em 2018, estima-se que 43,9% dos cargos de gestão (representantes dos poderes legislativos, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais, e diretores de produção e serviços especializados foram desempenhados por mulheres.

Gráfico 15 – Proporção de Mulheres que ocupam cargos de gestão², 2018



Fonte: INE - Inquérito Multiobjetivo Contínuo

Meta 5.a. Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, aos serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

Indicador 5.a.1 (a). Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo.

Em 2015, os proprietários ou com direitos de posse das terras agrícolas representavam 18,6% da população agrícola. Em relação ao género, as mulheres proprietárias representavam 16,7% do universo de mulheres agricultoras, enquanto os homens representavam 20,6%.

Tabela 19 - Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas - 2015

Sexo	%
Masculino	20,6
Feminino	16,7
Total	18,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Em 2015, Cabo Verde tinha 33 897 proprietários/chefes de exploração agrícola, dos quais 15 494 eram do sexo feminino e 18 403 do sexo masculino, representado, assim, 54,3% e 45,7% respetivamente.

² Profissões dos grupos 11, 12, 13 da CIP-08

5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Tabela 20 - População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015

Sexo	Total	%
Masculino	18 403	54,3
Feminino	15 494	45,7
Total	33 897	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas.

De acordo com a tabela 21, a proporção de mulheres (46,6%) com direitos de posse de terras agrícolas é inferior à dos homens (53,4%) em todas as formas de exploração, excetuando a renda em que 51,3% são das mulheres e 48,7% dos homens.

Tabela 21 - Proporção de proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas, segundo sexo, 2015

Forma de exploração	Sexo	
	Masculino	Feminino
Conta Própria	53,4	46,6
Parceria	62,5	37,5
Renda	48,7	51,3
Usufruto	54,5	45,5
Comodato	53,1	46,9
Aforamento	61,0	39,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Meta 5.b. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover a capacitação das mulheres.

Indicador 5.b.1 Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Quanto à proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, os dados indicam que, de 2014 a 2018, houve um acréscimo de 5,1 p.p. em relação aos homens e 5,4 p.p para as mulheres.

Tabela 22 - Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo (2014-2018)

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2014	65,7	64,6
2016	73,7	71,2
2017	74,7	73,8
2018	70,8	70,0

Fonte: Fonte: INE - Inquérito Multiobjetivo Contínuo

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

O acesso à água potável e ao saneamento básico são recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a promoção do bem-estar social. Entretanto, a disponibilidade e a gestão sustentável destes recursos para todos são um desafio que deve ser enfrentado para a sobrevivência do planeta.

A gestão sustentável da água, do saneamento e a disponibilidade de água potável e acessível para todos são componentes essenciais para a construção do tipo de mundo em que as pessoas gostariam de viver. A falha em garantir a disponibilidade destes recursos impediria qualquer esforço para assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar.

Neste tema, apresentam-se os indicadores produzidos a nível nacional do ODS 6, assim como outros indicadores que associam as condições ambientais/sociais da população, em termos de acesso à água, das instalações sanitárias e do modo de evacuação de resíduos sólidos.

Meta 6.1. Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável para todos, a preços acessíveis.

Indicador 6.1.1 Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.

O acesso às fontes melhoradas de água potável, em particular à água canalizada da rede pública de distribuição de água tem vindo a aumentar em Cabo Verde. Em 2018, observa-se que 86% da população tinha acesso a uma fonte melhorada de água potável (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos).

Tabela 23 - Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável³ (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	84,3	85,9	85,1	85,5	85,2	86,0
Sexo						
Masculino	84,4	86,1	85,1	85,2	84,7	85,6
Feminino	84,1	85,6	85,2	85,7	85,5	86,4
Meio residência						
Urbano	92,5	93,2	92,1	92,3	90,5	92
Rural	69,0	71,8	71,3	71,5	73,7	73,2

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

³ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Meta 6.2. Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade.

Indicador 6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguro, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.

Como *proxy* a este indicador apresenta-se a proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete. O acesso a instalações sanitárias melhoradas, em particular o acesso a sanita, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2018, 82,9% da população tinha acesso a uma instalação sanitária melhorada.

Tabela 24 - Proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas (2013 - 2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	71,8	73,9	77,2	80,3	80,8	82,9
Sexo						
Masculino	71,5	73,3	76,9	79,7	-	82,3
Feminino	72,1	74,5	77,5	80,9	-	83,5
Meio de Residência						
Urbano	81,1	83,3	86,4	87,9	87,5	88,7
Rural	54,6	55,9	58,9	64,9	66,9	70,6

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Meta 6.5. Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

Indicador 6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).

Em 2018, segundo Agência Nacional de água e Saneamento (ANAS), o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos foi de 64%.

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível para todos e todas

O Governo de Cabo Verde elegeu a segurança energética, a estabilidade dos preços e a redução da fatura energética como preocupações centrais, devidamente estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), em alinhamento com o ODS 7, materializado através do Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE). O objetivo de tal atitude é fazer a transição para um setor energético, seguro, eficiente e sustentável, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e garantindo o acesso universal e a segurança energética.

Meta 7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis.

Indicador 7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade

O acesso à eletricidade tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2018, cerca de 90,3% da população residente tinha acesso a eletricidade no alojamento.

Tabela 25 - Percentagem de população com acesso à energia elétrica (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	88,1	85	86,9	90,1	90,1	90,3
Meio Residência						
Urbano	91,8	88,7	90,6	93,5	92,3	91,7
Rural	81,2	77,8	79,6	83,4	85,7	87,5
Sexo						
Masculino	87,6	84,2	86,4	90,0	89,6	89,9
Feminino	88,6	85,8	87,4	90,2	90,7	90,7

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Indicador 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas.

Como *proxy* a este indicador, foi percentagem da população que utiliza o gás butano para cozinhar. Verifica-se um aumento do gás butano para cozinhar, em detrimento da lenha. Em 2018 75,4% da população utilizava gás butano para preparação de alimentos. De realçar que a utilização deste combustível no meio rural fica aquém dos 50% da população, ou seja, somente 42,7% utiliza o gás butano, apesar de se registar um aumento ao longo dos anos.

Tabela 26 - Percentagem de população que utiliza o gás Butano, por meio de residência (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cabo Verde	67,5	68,4	71,0	73,5	74,1	75,4
Meio Residência						
Urbano	88,3	88,6	89,5	91,7	91,0	90,8
Rural	28,7	29,5	34,1	36,5	38,8	42,7

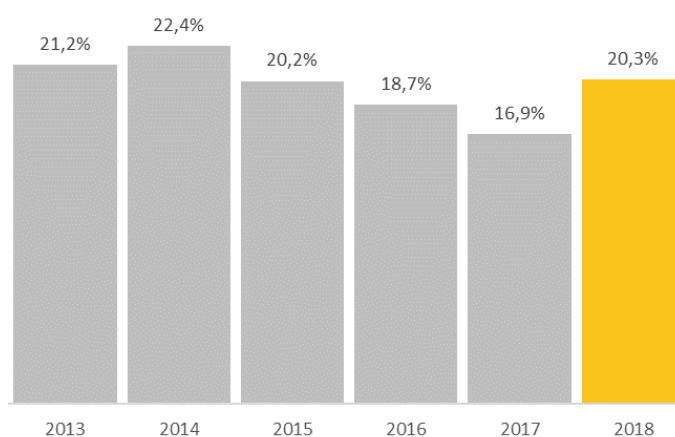
Fonte: INE - IMC- Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Meta 7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

Indicador 7.2.1 Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%)

Em 2018, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia elétrica foi de 20,3%, correspondendo a um aumento de 3,4 p.p, em relação a 2017.

Gráfico 16 - Taxa de penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica (2013-2018)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

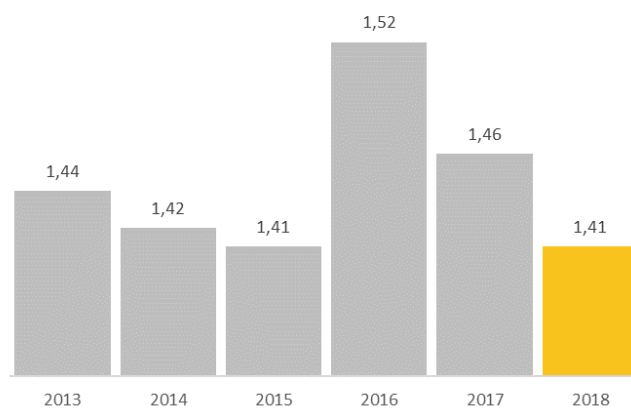


Meta 7.3. Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

Indicador 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalentes de petróleo /milhões de escudos)

Em 2018, a eficiência energética, medida em termos de energia primária e do PIB, teve uma diminuição de 3,4% em relação a 2017, passando de 1,46 para 1,41 tep/milhões de escudos.

Gráfico 17 - Evolução da Intensidade energética (2013-2018)



Nota: os dados da intensidade energética apresentados neste relatório são considerados provisórios.

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Os ODS promovem o crescimento económico sustentado, com impacto na produtividade e na inovação tecnológica. Incentivar o empreendedorismo e a criação de emprego são fundamentais para isso, assim como as medidas efetivas para erradicar o trabalho forçado, a escravidão e o tráfico de seres humanos. Com estes objetivos em mente, a meta é alcançar empregos formais e produtivos e um trabalho decente para todas as mulheres e homens até 2030.

Neste tema são apresentados os indicadores ligados ao trabalho decente e ao crescimento económico disponíveis no país.

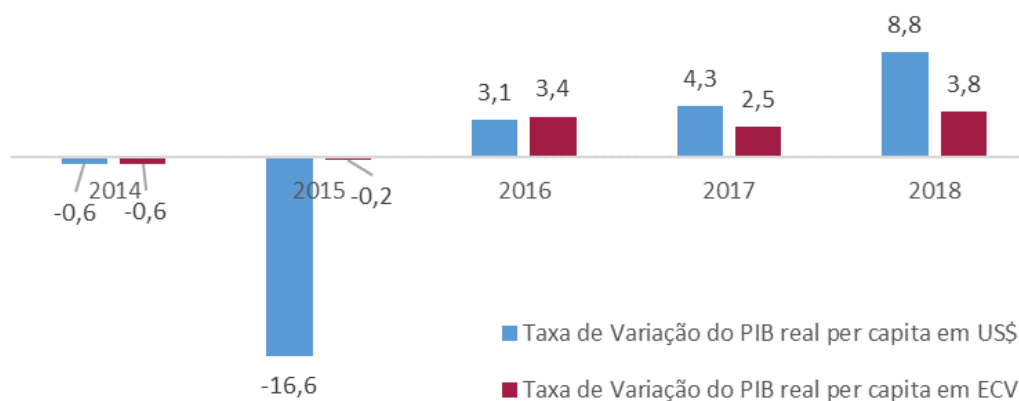
Apresentam-se, ainda, alguns dados e indicadores complementares, concernentes ao mercado de trabalho, às contas nacionais, empresas, preços, setor monetário e financeiro, setor externo e finanças públicas.

Meta 8.1. Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos.

Indicador 8.1.1 - Taxa de variação anual do PIB real per capita

Entre 2014 e 2018, o PIB real per capita em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de -0,6%. No período de 2014 a 2015, houve uma variação negativa justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB per capita real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de 2,4%, para o mesmo período em análise. A diferença observada nas taxas referidas acima, justifica-se sobretudo pela variação da taxa de câmbio.

Gráfico 18 - Taxa de variação do PIB real per capita (2014-2018)



Fonte: INE - Contas Nacionais

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.2. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, nomeadamente através da aposta em setores de alto valor acrescentado e dos setores de mão-de-obra intensiva.

Indicador 8.2.1 - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 20, nota-se que, em 2018, o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de 9,8%, aumentando em 3,1% p.p. relativamente a 2017.

Gráfico 19 - Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)



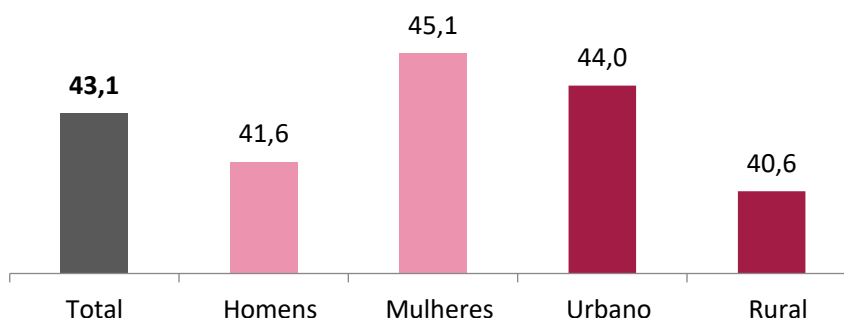
Fonte: INE - Contas nacionais

Meta 8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros.

Indicador 8.3.1 - Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas, por sexo

Em 2018, 43,1% dos empregados encontravam-se a trabalhar nos empregos informais não agrícolas, ou seja, eram empregados do setor não agrícola que não se beneficiavam de proteção social, nem de férias nem descanso semanal remunerado.

Gráfico 20 - Proporção do emprego informal não agrícola por sexo (2018)



Fonte: INE – Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.5. Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Indicador 8.5.2: Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 16,4%, em 2013, para 12,2%, em 2018, diminuindo 4,2 p. p nesse período. Nos dois últimos anos, esta taxa manteve-se em 12,2%.

Quanto ao sexo, verifica-se que o desemprego é menor nos indivíduos do sexo feminino no período em estudo, com exceção dos anos de 2016 e 2017. Em 2018, a taxa de desemprego relativamente às mulheres foi de 11,6% e nos homens foi de 12,7%. No que se refere ao desemprego juvenil (15 – 24 anos), a taxa também diminuiu, tendo passado de 32,4%, em 2017, para 27,8%, em 2018, o que representa uma diminuição de 4,6 pontos percentuais.

Tabela 27 - Taxa de desemprego segundo sexo e idade (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	16,4	15,8	12,4	15	12,2	12,2
Sexo						
Masculino	16,9	16,3	13,5	12,9	11,8	12,7
Feminino	15,7	15,2	11,2	17,4	12,8	11,6
Grupo Etário						
15-24	34,6	35,8	28,6	41	32,4	27,8
25-44	15,4	13,8	11,3	11,7	10,4	11,2
45-64	5,3	6,6	5,3	3,9	4,8	5,8
65+	4,2	0,7	0,5	3,2	0,9	0

Fonte: INE – Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Meta 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação nem em formação técnico-profissional.

Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade economicamente produtiva

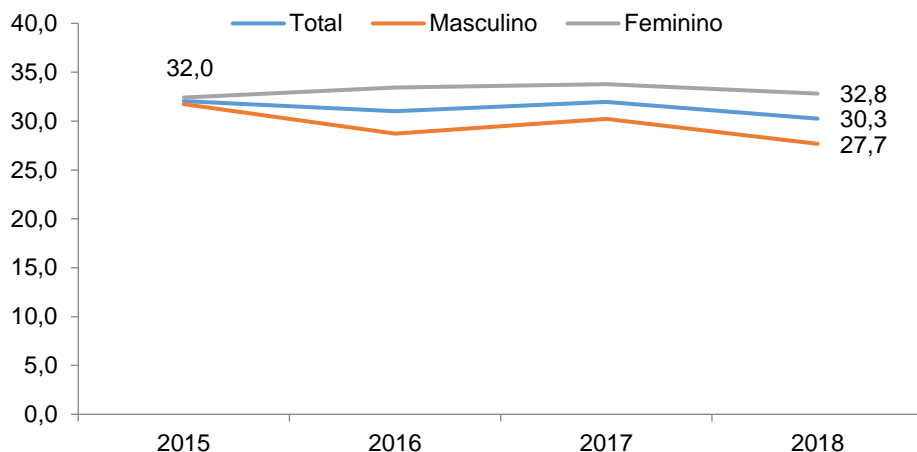
Em 2018, a proporção de jovens entre 15-24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação foi de 30,3%.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Gráfico 21 – Proporção de Jovens dos 15 a 24 anos sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação (2015-2018)



Fonte: INE - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Meta 8.7. Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

Indicador 8.7.1 - Proporção e número de crianças de 5 a 17 anos envolvidas em trabalho infantil, por sexo e idade

Em 2013, o último estudo sobre trabalho infantil registou um total de 10 913 crianças de 5-17 anos a exercerem uma atividade económica considerada como trabalho infantil. Estes representam 8,0% do total das crianças na mesma faixa etária. Este fenómeno tem maior incidência na população masculina com 10,0% dos rapazes nesta faixa etária contra 5,9% entre as meninas.

Em termos de género, nota-se uma maior incidência de trabalho infantil nos rapazes (10%) do que nas meninas (5,9%). Importa realçar também uma incidência maior na agricultura e pesca de entre todas as atividades.

Tabela 28 - Proporção de crianças dos 5 aos 17 anos, no trabalho infantil por sexo (2013)

	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		Nº	(%)
	Nº	(%)	Nº	(%)		
Total	6 873	10,0	4 040	5,9	10 913	8,0

Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Meta 8.8. Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.8.1 - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório

Em 2018, do total de acidentes de trabalho, 1,5% foram fatais e 98,5% não fatais.

Tabela 29 - Proporção de acidentes de trabalho por fatalidade (2017 e 2018)

Ano	Total	Fatais	%	Não Fatais	%
2017	252	7	2,8	245	97,2
2018	395	6	1,5	389	98,5

Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por setor de atividade, constatou-se que a Hotelaria/Restauração foi o que teve maior ocorrência de acidentes de trabalho (113), em 2018. Em contrapartida, o setor de atividade da agricultura registou menor número de acidentes de trabalho no mesmo ano.

Tabela 30 - Acidentes de trabalho por setor de atividade (2017- 2018)

Setores	Anos	
	2017	2018
Total	252	395
Construção Civil	50	43
Comércio	32	32
Hotelaria/Restauração	40	113
Indústria	60	91
Metalurgia	24	24
Serviços	35	50
Transportes	7	3
Agricultura	1	1
Outros	3	38

Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

Indicador - 8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório.

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2018 verificaram-se 352 greves com acordo (+ 176 face a 2017), 114 sem acordo (+ 2 em relação a 2017), 153 pendentes (+ 29 do que em 2017) e 26 ficaram como pré-aviso de greve (+ 7 face a 2017).

Tabela 314 - Número de Conciliações (contenda laboral) (2016-2018)

Categoria	2016	2017	2018
Com acordo	219	176	352
Sem acordo	358	112	114
Pendentes	77	124	153
Pré-aviso de greve	28	19	26

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Tabela 5 - Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

Categoria	2016	2017	2018
Acordos despedimentos Individuais	219	176	336
Acordos no pré-aviso de greve	14	18	16

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

Meta 8.9. Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável que crie emprego e promova a cultura e os produtos locais.

Indicador 8.9.1- PIB direto do turismo em relação ao PIB total e à taxa de crescimento

Em termos de contribuição da atividade do turismo na economia do país (PIB Total), verificou-se que, em 2014, este contribuiu em 21,0 % no PIB total.

Gráfico 22 - Proporção (%) da atividade do turismo no PIB (2010-2014)



*Dados provisórios para 2012, 2013 e 2014

Fonte: INE - Contas Nacionais

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

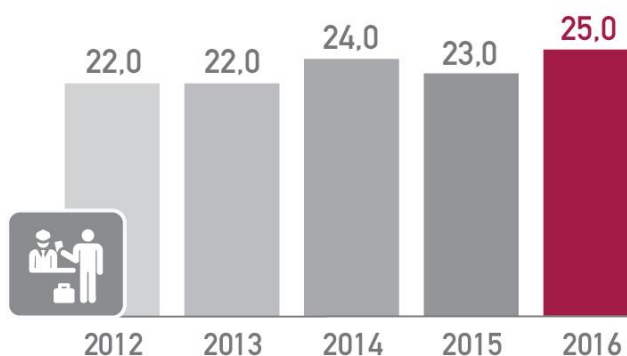
Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.9.2 - Proporção de empregados na atividade do turismo sustentável do total de empregados no turismo

Os dados do gráfico 24 indicam que a percentagem de empregados na atividade de turismo no setor empresarial, entre 2012 e 2016, oscila entre 22% e 25%, sendo o valor mais alto registado em 2016.

Gráfico 23 - Proporção de empregados na atividade do turismo no setor empresarial (2012-2016)



Fonte: INE - Estatísticas Económicas e Empresariais

Meta 8.10. Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

Indicador 8.10.1- (a) Número de bancos comerciais por 100 000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100 000 adultos

Os dois indicadores seguintes (8.10.1 (a) e 8.10.1 (b)) foram calculados, pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

De 2013 a 2018, o número de bancos comerciais por 100 000 adultos tem vindo a diminuir. Em 2018, regista-se 2,1 bancos comerciais por 100 000 adultos.

Tabela 6 - Número de bancos comerciais por 100 000 adultos

Ano	Número
2013	2,4
2014	2,4
2015	2,3
2016	2,3
2017	2,0
2018	2,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

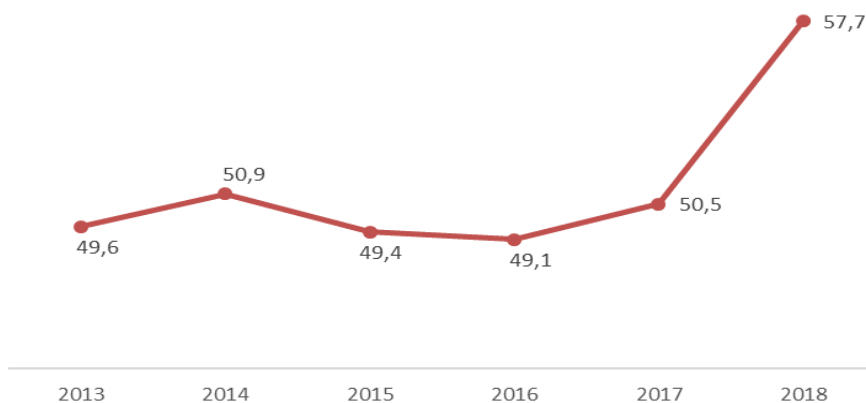
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



O rácio de caixas automáticas por 100 000 adultos tem vindo a aumentar, passando de 49,4 por 100 000 adultos em 2015, para 57,7 por 100 000 adultos em 2018.

Gráfico 24 - Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos



Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 8.10.2 Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com conta bancária em 2015 foi de 57%. Os dados são referentes ao inquérito sobre literacia financeira realizada pelo Banco de Cabo Verde.

Meta 8.a. Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive através do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

Indicador 8.a.1- Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos

De 2013 a 2018, constatou-se uma redução de 71,2% nos auxílios para compromisso e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio (cerca de 15 329 milhões de escudos).

Tabela 34 - Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos (2013-2018)

Ano	Milhões de escudos
2013	21 531,3
2014	17 641,0
2015	13 010,5
2016	7 068,4
2017	10 136,8
2018	6 201,9^P

P – Provisório

Fonte: Ministério de Finanças

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Meta 8.b. Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Indicador 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.

Tabela 35 - Programas de estágio profissional (2013-2017)

Programa de estágio profissional	
2013	Carta de política integrada de educação, formação e emprego
2014	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2015	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2016	Plano nacional de emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT

Fonte: Direção-Geral do Emprego



ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

O ODS 9 aborda, principalmente, o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm papel central neste objetivo, uma vez que possibilitam o ganho de eficiência na produção.

Meta 9.1. Desenvolver infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando o acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

TRANSPORTES TERRESTRES

Em termos absolutos, o número de passageiros transportados nos autocarros públicos tem vindo a aumentar consideravelmente. Em 2018, cerca de 18 367 444 passageiros foram transportados nos autocarros em Cabo Verde, registando um aumento de 1 681 378 passageiros face a 2017.

Tabela 36 - Movimento de passageiros transportados nos autocarros (2014-2018)

Ano	Nº
2014	8 971 981
2015	12 120 438
2016	14 978 375
2017	16 686 066
2018	18 367 444

Fonte: Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária

TRANSPORTES MARÍTIMOS

O movimento de passageiros nos portos nacionais aumentou em 20,7%, passando de 760 267, em 2013, para 917 305, em 2018. No mesmo período, verificaram-se aumentos de passageiros, tanto no embarque (21,0%) como no desembarque (20,3%).

Tabela 37 - Movimento de passageiros nos portos nacionais (em número) (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	760 267	797 687	756 915	813 687	839 797	917305
Desembarcados	380 650	399 864	377 866	408 768	420 479	458017
Embarcados	379 617	397 823	379 049	404 919	419 318	459288

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos



Em relação ao movimento de mercadorias, verificou-se que em 2018 a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (78,2%, correspondendo a 1 799 376 mercadorias desembarcadas), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. No geral, o movimento de mercadorias teve um aumento de 50,1%, de 2013 a 2018, sendo o carregamento 55,9% e o descarregamento de 48,6%.

Tabela 38 - Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais (em Kg) (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	1 532 271	1 627 573	1 674 783	1 802 647	2 015 667	2 300 634
Carregamento	321 539	327 239	338 268	386 312	446 349	501 258
Descarregamento	1 210 732	1 300 334	1 336 515	1 416 335	1 569 318	1 799 376

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

TRANSPORTES AÉREOS

O movimento de passageiros nos aeroportos registou um aumento de 39%, de 2013 a 2017. Neste mesmo período, o movimento de passageiros nos voos domésticos e internacionais aumentou 31,9% e 43,3%, respetivamente. Em 2018, o aumento de passageiros foi de 2,0% face a 2017.

Tabela 39 - Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2013-2018)

Natureza	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doméstico	704 928	713 072	698 785	764 285	929 595	884 784
Internacional	1 200 427	1 202 213	1 288 097	1 451 607	1 719 636	1 817 448
Total	1 905 355	1 915 285	1 986 882	2 215 892	2 649 231	2 702 232

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Em relação ao movimento de aeronaves, de 2013 a 2017, constatou-se, em termos gerais, um aumento na ordem dos 26%. No mesmo período, registaram-se aumentos de aeronaves, tanto nos voos domésticos (28,5%) como nos internacionais (23,0%%). Em 2018, o movimento de aeronaves diminuiu em 5,9% face a 2017. Esta diminuição está relacionada com a diminuição dos movimentos domésticos

Tabela 40 - Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2013-2018)

Natureza	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doméstico	15 945	15 533	14 901	15 920	20 483	16 824
Internacional	12 784	12 630	12 789	14 289	15 729	17 253
Total	28 729	28 163	27 690	30 209	36 212	34 077

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)



Relativamente ao movimento de cargas, houve uma diminuição de 30,8%, de 2013 a 2017. No mesmo período, registaram-se diminuições de cargas nos voos domésticos (-49%) e nos voos internacionais (-4,7%). Quanto ao movimento de correios, registou-se, de 2013 a 2017, um incremento na ordem dos 37%. Constataram-se ainda, no mesmo período, variações positivas nos movimentos dos correios, tanto nos voos domésticos (47,9%) como nos internacionais (23,2%). Em 2018, o movimento de cargas voltou a diminuir, enquanto o movimento de correios continuou a aumentar.

Tabela 41- Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos (2013-2018)

Natureza	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doméstico	1 806 830	1 911 352	1 617 087	1 339 505	920 984	445 297
Internacional	1 266 072	1 412 006	1 214 666	1 398 489	1 206 124	865 719
Total	3 072 902	3 323 358	2 831 753	2 737 994	2 127 108	1 311 016

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Tabela 42 - Movimento de correios (em Kg), por aeroportos (2013-2018)

Natureza	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doméstico	156 702	198 935	181 250	174 409	231 770	228 731
Internacional	129 523	136 405	136 787	143 055	159 571	176 632
Total	286 225	335 340	318 037	317 464	391 341	405 363

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Meta 9.2. Promover a industrialização inclusiva e sustentável, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos.

Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram uma aceleração do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, passando de 6,1%, em 2017, para 6,7%, em 2018.

Tabela 43 - Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Ano	%
2013	5,8
2014	6,4
2015	6,5
2016	5,9
2017	6,1
2018	6,7 ^P

P-Provisórios

Fonte: INE - Contas Nacionais



Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Constata-se que o emprego no setor da indústria transformadora em percentagem do emprego total observa um acréscimo em 2018, comparativamente ao ano 2016.

Tabela 44 - Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total (2013-2018)

Ano	%
2013	7,6
2014	8,3
2015	8,9
2016	8,5
2017	9,5
2018	9,5 ^P

P- provisório

Fonte: INE - Estatísticas de emprego e mercado de trabalho

Meta 9.4. Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos, com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades.

Indicador 9.4.1 Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado

O indicador 9.4.1, refere-se apenas ao ano 2010, e é disponibilizado em milhões de escudos e em milhões de dólares. A metodologia de cálculo utilizada é a de Emissões Totais CO2/ PIB (kg CO2/ milhões de escudos) e Emissões Totais CO2/ PIB (t CO2/ milhões de dólares), respetivamente.

Tabela 45 - Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado

Milhões de escudos	2 247,1
Milhões de Dólares	213,8

Fonte: INE e Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



Meta 9.b. Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação nos países em desenvolvimento, incluindo a garantia de um ambiente político propício para, inter alia, a diversificação industrial e adicionar valor às matérias-primas.

Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total.

Segundo os dados do INE o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total, tem registado uma evolução crescente entre 2013 e 2015, manifestando uma diminuição em 2016 e aumento em 2017 e 2018

Tabela 46 - Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)

Ano	%
2013	6,6
2014	7,3
2015	7,5
2016	6,8
2017	7,1
2018	7,9 ⁴

Fonte: INE - Contas Nacionais

Meta 9.c. Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e envidar esforços para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Segundo a Agência Reguladora Multisectorial da Economia, comparando o período de 2013 a 2018, verifica-se que o acesso às tecnologias de informação e comunicação através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM) quer pelos serviços 3G, tem vindo a aumentar. De acordo com a tabela 47, em 2018, verificou-se que 99,3% da população estiveram cobertas com serviços GSM enquanto 91,1% estiveram cobertas pelos serviços 3G, um aumento significativo em comparação com o ano de 2013 que foram de 96,4 e 76,5, respetivamente.

Tabela 47 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia (2013-2018)

	Ano					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cobertura de serviços GSM	96,4	98,4	98,8	98,8	99,3	99,3
Cobertura de serviços 3G	76,5	85,4	86,8	87,6	91,1	91,1

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia

⁴ Valores provisórios



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Meta 10.1. Até 2030, progressivamente alcançar e manter, de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento per capita dos 40% da população com menores recursos e a população total.

Durante o ano de 2015, as despesas de consumo de bens e serviços dos 127 333 agregados familiares cabo-verdianos atingiram cerca de 85 milhões de contos, montante equivalente a uma despesa média anual por agregado de 667 291 escudos e de 166 219 escudos por pessoa, no agregado. A taxa de crescimento das despesas médias anuais per capita, face ao último inquérito realizado em 2001/2002, foi de 4,1%. Entre a população mais vulnerável regista-se um aumento das despesas médias anuais per capita de 5,5% no primeiro quintil e de 4,5% no segundo quintil.

Tabela 48 - Evolução da despesa anual média per capita no agregado, segundo o quintil das despesas (2001-2002, 2015)

	Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado		
	(ECV) 2001/02	2015	TCA (%) 2002 - 2015
Cabo Verde	98 719	166 219	4,1
Quintil			
primeiro quintil	23 471	47 036	5,5
segundo quintil	45 509	80 855	4,5
terceiro quintil	72 624	118 922	3,9
quarto quintil	121 457	179 587	3,1
quinto quintil	378 065	405 007	0,5

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/2002 e 2015

Meta 10.2. Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Em 2015, cerca de 23,8% da população de Cabo Verde (121 897 pessoas) viviam em agregados cuja despesa média anual per capita era inferior a 60% da despesa mediana anual per capita, e

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



9,6% (49 134) abaixo dos 40% da despesa mediana anual per capita registada no âmbito do último inquérito às despesas e receitas familiares.

Tabela 49 – Proporção da população que vive em agregados familiares com uma despesa média anual per capita inferior a 60% e a 40% da despesa mediana per capita, por meio de residência, sexo e grupo etário (2015)

	Valor correspondente a:	
	60% da despesa mediana anual per capita	40% da despesa mediana anual per capita
Cabo Verde	23,8	9,6
Meio de residência		
Urbano	14,8	4,4
Rural	40,2	19,0
Sexo		
Masculino	23,2	9,4
Feminino	24,5	9,8
Grupo Etário		
0-4	31,3	13,9
5-14	30,1	12,7
15-24	25,6	10,4
25-34	17,9	7,0
35-64	19,2	6,9
65 anos ou mais	18,9	7,7

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Meta 10.3. Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

Indicador 10.3.1. Proporção da população que reportou sentir-se pessoalmente discriminada ou assediada, nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, segundo os dados do módulo da Governança, Paz e Segurança, a percentagem da população de 18 anos ou mais que reportaram ter sido discriminada foi de 31,7%.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Meta 10.5. Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 16,2% em 2018, com uma redução face a 2017 na ordem de 1,1 pontos percentuais.

Tabela 50 - Indicadores de solidez financeira (%) (2013-2017)

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Rácio de Solvabilidade	15,1	15,6	16,1	15,5	17,3	16,2
Imparidade	63,5	67,4	63,5	63,2	64,7	65,9
Ativos Ponderados pelo Risco	13,7	14,4	14,8	15,5	16,4	16,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Meta 10.a. Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.

10.a.1 Proporção de linhas tarifárias aplicadas às importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com tarifa zero

Tabela 51 - Importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento (Fluxos em milhões de CVE) (2013-2018)

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ajuda pública ao Desenvolvimento	24 219	23 560	19 822	12 009	17 123	12 271
Investimento Direto Estrangeiro no País.	5 777	14 982	9 548	12 684	10 868	9 301
Remessas de emigrantes (correntes e capitais)	14 512	16 265	19 819	19 717	19 470	20 857

Fonte: Banco de Cabo Verde



ODS 11 – CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

O rápido crescimento das cidades junto com o aumento da migração rural para a urbana levou a um rápido crescimento populacional nas cidades. O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem transformar significativamente a forma como se constroem e se planeiam os espaços urbanos. Tornar as cidades seguras e sustentáveis significa assegurar o acesso a habitações seguras e a custo razoável. Também envolve investimentos em transportes públicos, criação de espaços públicos verdes e melhoria do planeamento e gestão urbana, de forma participativa e inclusiva. A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier II” e “Tier III.

Meta 11.6. Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, prestando, inclusivamente, especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos.

Indicador 11.6.1 Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente e com descarga final adequada do total de resíduos sólidos urbanos gerados pelas cidades

Para este indicador, apresentam-se as seguintes aproximações:

Tabela 52 - Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos em toneladas (2015)

Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos	
Cabo Verde	170 636

Fonte: ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGeR), 2016

Figura 3 - Total de resíduos urbanos recolhidos em toneladas (2012, 2013 e 2015)



Em 2012 e 2013, os dados foram estimados e são apenas referentes aos Resíduos Urbanos recolhidos pelas entidades gestoras, ou seja, não abrangem os Resíduos Urbanos recolhidos por outras entidades.

Fonte (2012 e 2013): INE - Inquérito sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e ANAS 2015, PENGeR, 2016



ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

A mudança nos padrões de consumo e produção se configuram como medidas indispensáveis na redução do impacto ecológico sobre o meio ambiente. Essas medidas são a base do desenvolvimento económico e social sustentável.

As metas do ODS 12 visam a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas-chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier III”, ou seja, indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída. Portanto, para o relatório ODS de 2018, não se tem indicadores deste objetivo disponíveis para Cabo Verde.



ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

Cabo Verde pertence ao grupo de países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Tal como evidenciado pelo índice ND-Gain5, ele é o 65º país mais vulnerável e o 79º mais resiliente, situando-se no quadrante superior direito da matriz do referido índice. Isto, significa que o país já deu passos importantes no sentido de aumentar a resiliência, mas subsistem, ainda, grandes desafios para a redução das vulnerabilidades e necessidades urgentes de reforço de medidas de adaptação e de aumento da resiliência (PEDS 2017-2021).

As ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo dos países do Sahel), apresentam um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25º C, com fraca pluviosidade, onde podem ser identificadas duas estações que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca - dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho, de transição).

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo estão classificados como “Tier III”, ou seja, indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída. Para o presente relatório, para colmatar a falta de dados, apresentam-se indicadores importantes ligados a esse objetivo.

Tabela 53 – Temperatura média anual do ar em Cabo Verde (2012 – 2017)

Estações Meteorológicas	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	°C					
Cabo Verde	24,4	24,6	24,0	24,1	24,8	24,9

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Tabela 54 – Precipitação total anual em Cabo Verde (2012 – 2018)

Estações Meteorológicas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	milímetros (mm)						
	220,075	334	111,875	290,95	257,45	66,9	107,15

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Emissões Atmosféricas

Em 2010, as emissões totais de CO₂ ficaram em 292,84 Gg, correspondendo a uma diminuição de 1,54% face a 2005. As emissões totais de CH₄ e N₂O aumentaram em 26,76% (5,71 Gg) e 17,18% (0,23 Gg), respetivamente. O HFC-134a teve um aumento de 225,45% em 2010 se comparado a 2005, tendo sido estimado em 1,90 t HFC-134a (Terceira Comunicação Nacional de Cabo Verde para mudanças climáticas, 2017).

⁵ Notre Dame Global Adaptation Initiative, <http://index.gain.org/ranking>.



Tabela 55 – Total de emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)

Tipo de gases	1995	2000	2005	2010
	Gigagrama (Gg)			
Dióxido de carbono (CO ₂)	23,46	58,57	297,4	292,84
Metano (CH ₄)	3,98	3,89	4,5	5,71
Óxido Nitroso (N ₂ O)	0,19	0,2	0,19	0,23
Toneladas (t)				
Hidrofluorcarbonetos (HFC)	NE	0,1	0,59	1,91

NE – Não estimado.

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Foram também calculadas as emissões de gases de efeito estufa indireto. Em 2005 foram estimadas em 4,09 Gg NO_x; 36,66 Gg CO e 3,68Gg NMVOC. Para o ano de 2010, as emissões de NO_x e de CO diminuíram em 11,41% e 11,16% respetivamente, em relação a 2005, tendo sido estimadas em 3,6 Gg NO_x e 32,57 Gg CO. As emissões devido ao NMVOC, em 2010, cresceram em 9,46% em relação a 2005, com 4,03 Gg. Os gases NO_x e CO foram estimados no setor AFOLU essencialmente devido à queima de resíduos agrícolas e também no setor energia, além do NMVOC, pela queima de combustíveis fósseis (Terceira Comunicação Nacional de Cabo Verde para mudanças climáticas, 2017).

Tabela 56 – Total de emissões indiretas de GEE em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)

Tipo de gases	1995	2000	2005	2010
	(Gg)			
Dióxido de enxofre (SO ₂)	0,0	0,0	-	-
Óxidos de Nitrogénio (NO _x)	2,2	2,6	4,1	3,6
Compostos Orgânicos Voláteis Não-Metânicos (COVNM)	2,6	2,7	3,7	4,0
Outros:				
Monóxido de carbono (CO)	32,0	30,9	36,7	32,6
Óxidos de enxofre (SO _x)	0,0	0,0	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Capacidade de Redução das Emissões de Gases com Efeitos de Estufa

Cabo Verde possui um grande potencial para as Energias Renováveis (ER). Em 2010, o país começou a apostar fortemente na produção de energia elétrica com recurso às fontes renováveis, mais concretamente às energias solar e eólica. Em 2018, essas duas fontes contribuíram para cerca de 20.3% de penetração de ER na rede elétrica.

Tabela 57 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2013 - 2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	391	402	420	444	491	493
Solar	7	7	6	6	7	10
Eólica	76	83	79	77	76	90
Térmica	308	312	335	361	408	393

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)



ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

A pesca sempre foi uma atividade económica importante para Cabo Verde. Este setor, juntamente com a agropecuária, tem permitido maior resiliência da população rural e reduzido o volume de êxodo rural, além de constituir uma oportunidade de emprego e de rendimento para a população.

A pesca no país divide-se em artesanal, que é realizada com embarcações denominadas “embarcações de boca aberta” e direcionada para a pesca costeira e a pesca semi-industrial e industrial, que é feita com embarcações maiores, motores geralmente internos e maior autonomia.

Apesar de a pesca fornecer alimento e ser a fonte de rendimento de muitas pessoas, quando é feita de forma desregulada, desequilibra o ciclo biológico de seres marinhos e terrestres e pode ser nociva, aumentando o risco de extinção de várias espécies. Além disso, há o despejo de esgoto, produtos químicos, lixo e petróleo, que também comprometem o desenvolvimento saudável da vida marinha. Por esses motivos, as metas do ODS 14 são vitais para a preservação dos oceanos, mares e a biodiversidade. Esse objetivo tem como alvo a preservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Meta 14.3. Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

Indicador 14.3.1. Acidificação do oceano (pH médio) medida num conjunto representativo de estações de amostragem.

Segundo o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), em 2010 a acidificação do oceano (pH médio) foi de 8.

Meta 14.4. Até 2020, regular efetivamente a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período de tempo possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas.

14 VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



Indicador 14.4.1 Percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira dentro dos limites biológicos sustentáveis.

Tabela 58 - Potencial haliêutico (Toneladas) (2010)

Indicador	Valor	2010
Potencial haliêutico (Toneladas)	Mínimo	36 000
	Máximo	44 000

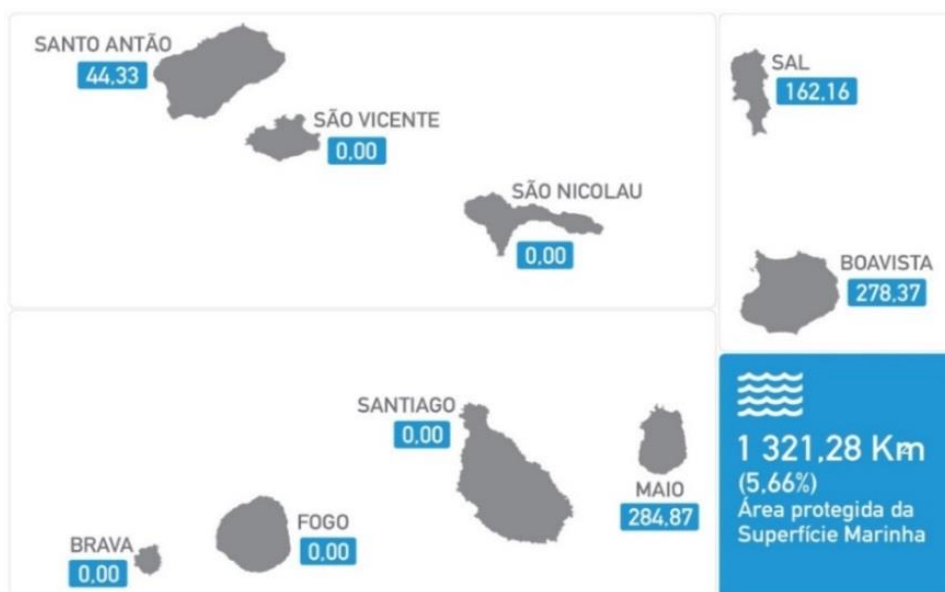
Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

Meta 14.5. Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

Indicador 14.5.1. Cobertura de áreas protegidas em relação a áreas marinhas

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da Figura 4 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Figura 4 - Área protegida da superfície marinha (2015)



Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas

	Marinha	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66
Santa Luzia	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	278,37	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

14 VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



Meta 14.7. Até 2030, aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos inclusive, através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Indicador 14.7.1 Percentagem do PIB atribuída à pesca sustentável nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países.

Tabela 59 – Proporção (%) da Pesca no PIB

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Proporção da Pesca no PIB)	1,0	0,7	0,7	0,9	0,9	1,2	0,7	0,7 ^P	0,9 ⁶

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas e INE- Contas Nacionais

⁶ Valor provisório

15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

De modo geral, o ODS 15 volta-se para a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

As matas, florestas e rios de água doce representam o equilíbrio climático, biodiversidade e aspetos culturais de qualquer país e região. Por isso, preservá-los e protegê-los é de extrema necessidade. Assim, o ODS 15 é um mecanismo importante para viabilizar ações, políticas e projetos nesse sentido.

Meta 15.1. Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

Indicador 15.1.1. Proporção do território que é área florestal

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva, desde os primórdios da independência nacional, pelos sucessivos governos, mas com o forte apoio da cooperação internacional, tem, num primeiro plano, exercido um papel crucial na luta contra a desertificação e, num segundo plano, permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

Em 2012, o país dispunha de um património em vegetação lenhosa avaliado em 89 903 ha, dos quais 54 919,4 são classificados como floresta, de acordo com os padrões da FAO⁷.

Tabela 60 - Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções (2012)

	Área florestal (ha)	% Área florestal nacional
Cabo Verde	54 919,4	13,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

⁷ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



Indicador 15.1.2. Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce, cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.

Os dados da tabela 61, mostram que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57Km², em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde. Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações constantes da tabela 73 apontam para um total de 1 321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 61 - Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), por ilha (2015)

	Terrestre		Marinha	
	Superfície (km ²)	%	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19	1 321,28	5,66

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

As áreas terrestres protegidas, com instrumentos de gestão aprovados, passaram de 1.726 hectares, em 2008, para 38 844,86 hectares, em 2015, tendo registado 17 792,19 hectares, em 2014. Em relação às áreas marinhas protegidas com instrumentos de gestão aprovados, o valor registado foi de 120 672,47 hectares, em 2015, e 28 847,19 hectares, em 2014.

Tabela 62 - Superfície e proporção das Áreas Protegidas (terrestre e marinha) com Instrumento(s) de Gestão aprovado(s) (2008-2015)

	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	(a)	
2010	10 194,50	2,53	(a)	
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde

(a) Áreas ainda não identificadas

Fonte: Direção Nacional de Ambiente

Meta 15.3. Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

Indicador 15.3.1. Proporção do território com solos degradados

Tabela 63 - Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%) (2011-2015)

Indicador	Ano				
	2011	2012	2013	2014	2015
Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais	73	12,44	437	278,4	801,2

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Promover instituições fortes, inclusivas e transparentes, a manutenção da paz e o respeito aos direitos humanos baseados no Estado de direito são a base para o desenvolvimento humano sustentável. Estes são alguns dos princípios que sustentam as metas do ODS 16, que também inclui temas sensíveis como o combate ao abuso e exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à tortura, enfrentamento à corrupção, ao terrorismo, a práticas criminosas, especialmente aquelas que ferem os direitos humanos. Os indicadores do ODS 16 são provenientes do Ministério da Administração Interna e do Inquérito sobre Governança Paz e Segurança, realizado pelo INE.

Meta 16.1. Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares.

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por grupo etário

Entre os anos de 2017 e 2018, Cabo Verde registou uma ligeira diminuição no número de homicídios, por 100 000 habitantes, passando de 7,1 para 6,6.

Tabela 64 - Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por sexo e grupo etário (2017/2018)

	Vítimas de Homicídio por 100.000 habitantes					
	2017			2018		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
CABO VERDE	6,0	1,1	7,1	4,8	1,8	6,6
IDADE						
Menor 12			0,0			0,2
[12-16]			0,0			0,0
[17-21]			0,9			1,1
[22-30]			2,4			1,8
[31-45]			2,6			1,8
Maior 45			1,1			1,8

Fonte: Ministério da Administração Interna

Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

Na ausência de informações para o cálculo do indicador, apresenta-se a proporção da população de 18 anos ou mais, vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

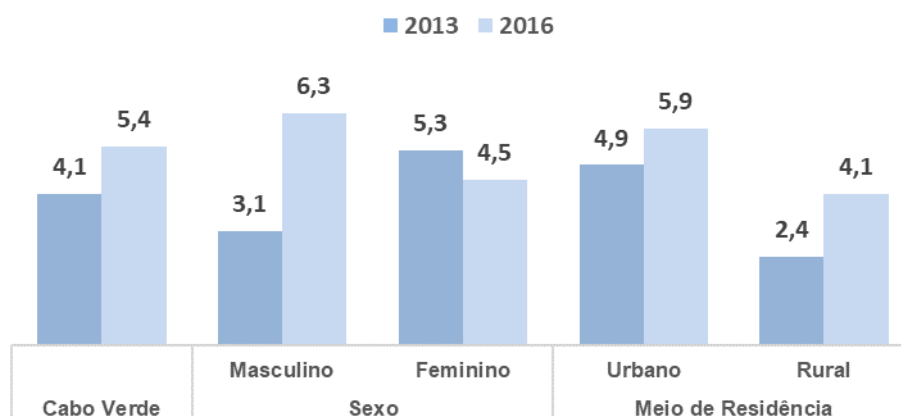
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



observada no âmbito do módulo sobre Governança Paz e Segurança, realizada pelo INE, em 2013 e 2016.

Em 2016, verificou-se que 5,4% da população de 18 anos ou mais foram vítimas de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista, valor ligeiramente superior ao registado em 2013 (4,1%).

Gráfico 25- Proporção (em %) da população de 18 anos ou mais objeto de violência física nos últimos 12 meses por sexo e meio de residência (2013/2016)



Fonte: INE – IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem

Para este indicador, dispõe-se de dados desagregados por período: dia e noite. A insegurança é maior no período da noite, nos dois anos em referência, ou seja, as pessoas (população de 18 anos ou mais) sentem-se mais seguras caminhando sozinhas durante o dia, tanto em 2013 como em 2016. Comparando os dados dos dois anos, verifica-se uma diminuição no nível de segurança quando se trata de caminhar sozinho de dia (em 3,0 p.p.) e um aumento no que se refere a caminhar sozinho durante a noite (7,7 p.p.).

Tabela 65 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que se sentem seguras quando caminham sozinhas, no período diurno e noturno, por sexo e meio de residência (2013/2016)

	2013		2016	
	Dia	Noite	Dia	Noite
CABO VERDE	84,4	44,0	81,4	51,7
SEXO				
Masculino	80,2	35,1	85,4	59,7
Feminino	89,4	55,5	77,6	43,8
MEIO DE RESIDÊNCIA				
Urbano	79,3	34,4	77,0	45,3
Rural	94,3	62,9	91,2	66,2

Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis

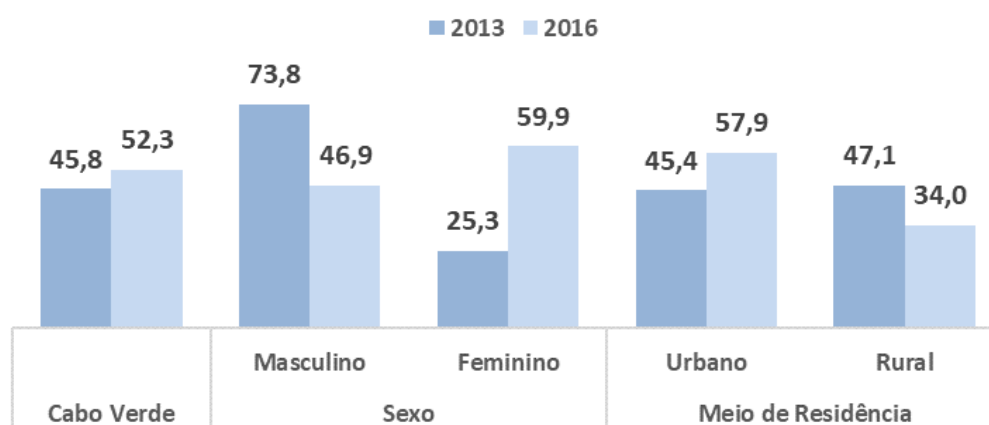


Meta 16.3. Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos.

Em 2016, a nível nacional, a proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes foi de 52,3%, valor superior em 6,5 p.p. ao registado em 2013 (45,8%).

Gráfico 26 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes por sexo e meio de residência (2013/2016)



Fonte: INE - IMC- Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis

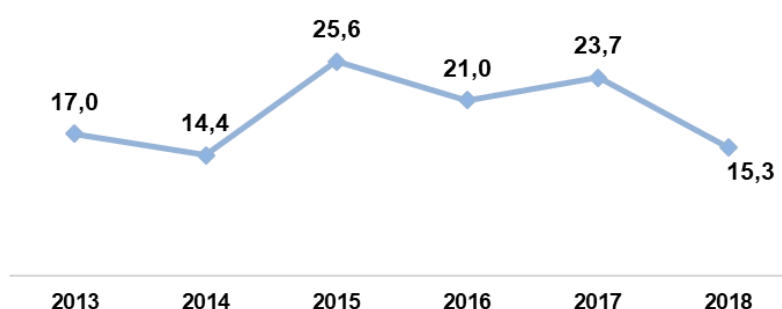


Indicador 16.3.2 Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos

A proporção de reclusos em prisão preventiva tem vindo a oscilar ao longo dos anos, registando os maiores valores entre 2015 e 2017.

Em abril de 2018 o Censo Prisional registou 15,3% de reclusos em prisão preventiva.

Gráfico 27 - Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos. (2013-2018)



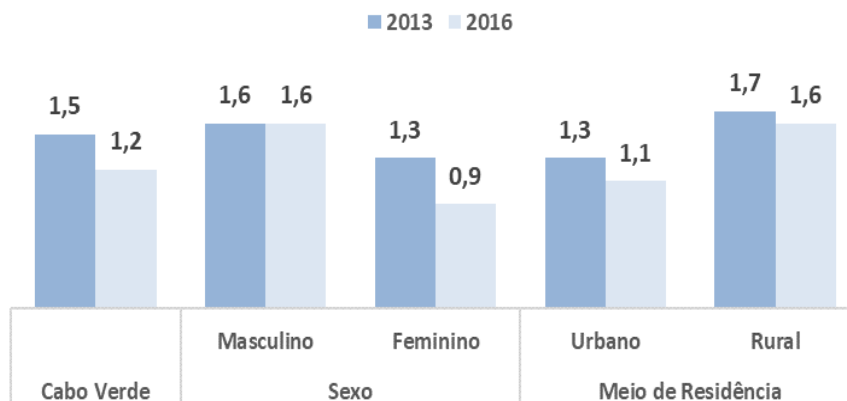
Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho(2013-2017) e INE (Recenseamento Prisional 2018)

Meta 16.5. Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

Em 2016, cerca de 1,2% da população de 18 anos ou mais declararam que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, sentiram-se, pelo menos uma vez, obrigados a oferecer dinheiro, presente, ou favor a um funcionário público, em troca de um benefício, representando uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no inquérito realizado no ano 2013.

Gráfico 28 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses por sexo e meio de residência



Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

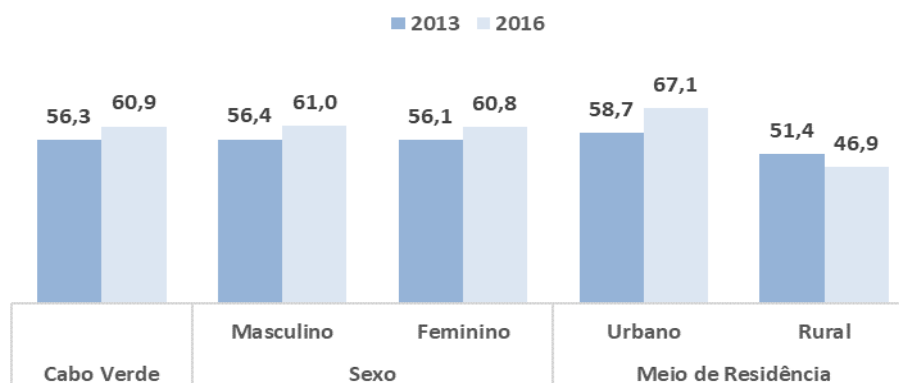


Meta 16.6. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis.

Indicador 16.6.2. Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

Em 2016, cerca de 60,9% da população de 18 anos ou mais declararam estar satisfeita com a última experiência com serviços públicos. Regista-se um aumento do nível de satisfação em 4,6 p.p. face a 2013.

Gráfico 29 - Proporção da população de 18 anos ou mais satisfeita com a última experiência com serviços públicos por sexo e meio de residência



Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

Meta 16.7. Garantir que a tomada de decisão, a todos os níveis, seja responsável, inclusiva, participativa e representativa.

Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.

Em 2016, cerca de 15,7% da população de 18 anos ou mais declararam acreditar que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados. Regista-se uma diminuição neste indicador, face a 2013, onde cerca de 17,4% acreditavam na inclusão e adequação dos processos de tomada de decisão.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Tabela 66 - Proporção da população de 18 anos ou mais que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e grupo etário

	2013	2016
CABO VERDE	17,4	15,7
SEXO		
Masculino	16,7	15,6
Feminino	18,0	15,7
IDADE		
[18-24 anos]	9,1	5,6
[25-34 anos]	16,2	12,7
[35-44 anos]	17,3	19,3
[45-54 anos]	18,1	17,4
>= 55 anos	31,8	22,3

Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

Meta 16.9. Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento.

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.

Com a obrigatoriedade do registo à nascença nos serviços de saúde, a proporção de crianças registadas tem vindo a ser quase que universal. Com base nas projecções demográficas, pode-se aferir que mais de 93% das crianças menores de 5 anos estão registadas.

Tabela 67 - Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos por sexo e idade

Sexo	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CABO VERDE	102,8	101,3	98,4	95,6	94,5	93,0
Sexo						
Masculino	103,8	101,6	98,0	94,7	93,5	91,5
Feminino	101,7	100,9	98,7	96,5	95,6	94,6
Grupo Etário						
0 anos	95,8	95,5	93,0	94,1	93,6	88,2
1 anos	99,1	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6
2 anos	108,3	99,2	95,8	95,5	93,0	94,2
3 anos	107,6	108,4	99,3	96,0	95,5	93,1
4 anos	103,4	108,0	108,8	99,6	96,3	96,0

Fonte: INE, 2013 – 2018

Nota: A proporção por vezes é superior a 100 porque nesses anos temos uma subestimação na projecção, tendo assim mais crianças registadas do que na projecção.

Meta 16.b. Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

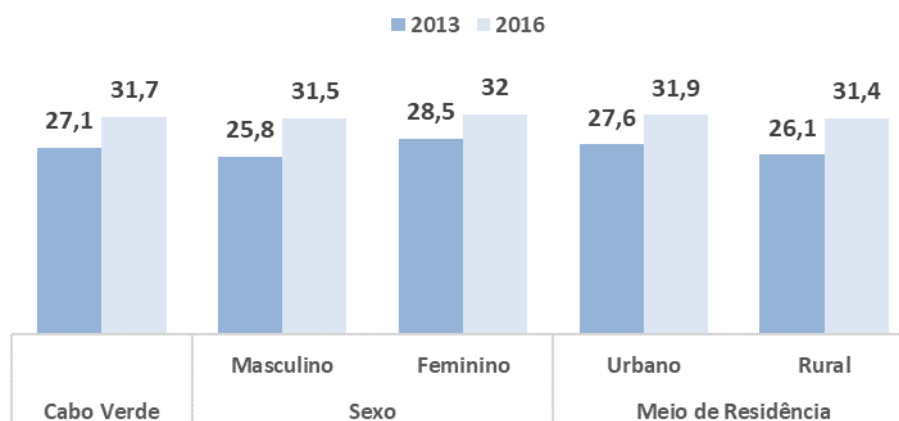
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, cerca de 31,7% da população de 18 anos ou mais reportaram terem-se sentido pessoalmente discriminadas ou assediadas nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos. Observa-se um aumento deste indicador face a 2013, onde se registou cerca de 27,1%.

Gráfico 30 - Proporção da população de 18 anos ou mais que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos por sexo e meio de residência.



Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança 2013 e 2016

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

O ODS 17 propõe o caminho para a realização efetiva da Agenda 2030 por todos os países, sendo a coordenação de esforços na arena internacional essencial para isso. A Cooperação Sul-Sul e triangular, a transferência de tecnologia, o intercâmbio de dados e capital humano, bem como a assistência oficial ao desenvolvimento são alguns dos principais meios para o alcance dos ODS.

Meta 17.1. Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

A receita fiscal, em 2018, foi de cerca de 22% do Produto Interno Bruto, tendo sido em 2017 de cerca de 20,7%. Constata-se que entre 2013 e 2018, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm oscilado entre alta e baixa. Para este indicador, apresenta-se apenas o total de receitas fiscais em percentagem do PIB.

Tabela 68 - Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (2013-2018)

Ano	%
2013	18,3
2014	17,5
2015	20,6
2016	19,5
2017	20,7
2018	22,0 ^P

P- Provisório

Fonte: INE e Ministério de Finanças

Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

De acordo com dados da tabela 69, a percentagem do orçamento do Estado financiado por impostos cobrados internamente foi de 83,7%, em 2018, aumentando 4,3 p.p. face a 2017 e 10,3 p.p. em relação a 2016.

Tabela 69 - Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente

Ano	%
2013	79,3
2014	72,1
2015	79,5
2016	73,4
2017	79,4
2018	83,7^P

P- Provisório

Fonte: INE e Ministério de Finanças

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.3. Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 6,6% em 2018, face aos 9,9% registados em 2017 (e 15,8% em 2013).

Tabela 70 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB (2013-2018)

Ano	%
2013	15,8
2014	15,3
2015	12,5
2016	7,2
2017	9,9
2018	6,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro em função do PIB foi de 5%, valor inferior ao registado em 2017 (6,3%). Em 2013, era de 3,8%.

Tabela 71 - Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB (2013-2018)

Ano	%
2013	3,8
2014	9,7
2015	6
2016	7,7
2017	6,3 ^P
2018	5 ^P

P- provisório

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

As remessas de emigrantes estabilizaram-se em torno de 11% do PIB nos últimos dois anos.

Tabela 72 - Remessas de Emigrantes em % do PIB

Ano	%
2013	9,4
2014	10,5
2015	12,5
2016	11,9
2017	11,2
2018	11,3

P- Provisório

Fonte: Banco de Cabo Verde

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.4. Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado e abordar a questão da dívida externa dos países pobres altamente endividados, de forma a reduzir o sobreendividamento.

Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, é superior em 2018, comparativamente a 2013. Entretanto, nota-se uma tendência decrescente comparativamente aos três últimos anos (2016-2018).

Tabela 73 - Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços (2013-2018)

Ano	%
2013	4,7
2014	4,8
2015	6,5
2016	6,1
2017	6,3
2018	5,9

Fonte: Ministério das Finanças

Meta 17.6. Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente ao nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

Indicador 17.6.2. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).

As informações disponíveis mostram que as subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes passaram de 3,5%, em 2013, para 2,9% em 2018, tendo permanecido constante entre 2016-2017 (em 2,7%).

Tabela 74 - Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (2013-2018)

Ano	%
2013	3,5
2014	3,3
2015	2,9
2016	2,7
2017	2,7
2018	2,9

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.8. Operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Mais de metade da população de 10 anos ou mais declarou, em 2018, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista.

Tabela 75 - Proporção de indivíduos de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses (2018)

	Grupo etário análise (em anos)						
	Total	10-14	15-24	25-34	35-64	65-74	75 ou mais
Cabo Verde	58,2	35,6	80,0	77,0	49,1	18,8	4,4
Sexo							
Masculino	62,2	35,1	77,2	75,3	51,9	26,4	5,9
Feminino	56,9	36,2	82,7	79	46,5	13,1	3,6

Fonte: INE, Inquérito Multiobjetivo Contínuo

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.9. Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento registou uma diminuição significativa, passando de 292 milhões de dólares, em 2013, para 131 milhões de dólares em 2018.

Tabela 76 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões) (2013-2018)

Ano	Milhões de USD
2013	292
2014	284
2015	199
2016	120
2017	175
2018	131

Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

Meta 17.11. Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular, com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.

Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Apesar de ser um indicador global para análise comparativa entre os países, apresentam-se, de seguida, os dados relativos às exportações de bens e serviços para o caso de Cabo Verde.

Tabela 777 - Exportação de mercadorias (em milhões ECV) (2013-2018)

Ano	Valor em milhões ECV
2013	5 740
2014	6 700
2015	6 644
2016	5 973
2017	4 892
2018	7 060

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 78 - Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV) (2013-2018)

Ano	Valor em milhões de ECV
2013	53 673
2014	52 342
2015	49 878
2016	55 897
2017	61 045
2018	64 549

Fonte: Banco de Cabo Verde

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Meta 17.13. Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas.

Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos (2013-2018)

Tabela 79 - Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sector Monetário e Financeiro							
Massa Monetária	taxa variação em %	10,5	7,8	5,9	8,4	6,6	1,7
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	37,7	22,2	13,4	18,6	2,3	-6,5
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,3	2,8	2,2	3,7	6,3	2,9
Crédito à Economia ²	em % do PIB	61,2	61,1	61,1	60,6	62,3	64,1
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	78,6	85,6	88,6	92,9	95,6	97,3
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	28,4	30,4	31,4	31,5	29,9	29,5
Taxas de Câmbio							
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	104,1	104,5	102,4	102,7	103,0	103,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	115,8	114,0	131,8	129,7	128,7	128,7
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	83,1	83,1	99,4	99,7	97,9	93,4
Sector Externo							
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-5,5	-8,6	-2,2	-3,1	-6,8	-4,6
Balança Corrente	em % do PIB	-5,9	-9,0	-3,4	-3,8	-7,8	-5,3
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	9,4	10,5	12,5	11,9	11,2	11,3
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	21,7	20,8	20,6	20,8	22,8	22,1
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	3,8	9,7	6,0	7,7	6,3	5,0
Reservas/Importações	meses	4,8	5,4	6,7	7,2	5,9	5,5
Finanças Públicas							
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-9,3	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1	-2,6
Saldo Global Primário	em % do PIB	-7,2	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5	-0,1
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	78,3	89,0	97,0	95,7	94,1	90,5
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	24,2	26,9	29,0	32,0	32,7	33,5

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

¹ Os valores do PIB para 2018 correspondem a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas.

² Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

³ Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.

⁴ Resultado Global incluindo Donativos

⁵ Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

n.d.-Não disponível.